

DÉBORA ALICE MACHADO DA SILVA

COLÔNIA DE FÉRIAS TEMÁTICA:
construindo uma metodologia de ação

CAMPINAS

2003

DÉBORA ALICE MACHADO DA SILVA



**COLÔNIA DE FÉRIAS TEMÁTICA:
construindo uma metodologia de ação**

Monografia de conclusão do curso de
Educação Física, na modalidade
Bacharelado em Recreação e Lazer,
apresentada à Faculdade de Educação Física
da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

CAMPINAS

2003

Este exemplar corresponde à redação final
da monografia de final de curso defendida
por Débora Alice Machado da Silva em
outubro de 2003.

Data: ____/____/____.

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino

Prof. Ms. Edmur Antônio Stoppa

Prof. Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis

Dedicatória:

Dedico a meus pais e amigos - pilares que sustentam e incentivam a busca incessante de meus sonhos e loucuras - sempre presentes e atentos.

AGRADECIMENTOS

No jogo da vida vários personagens se apresentam significando nosso caminho. As escolhas vão delimitando este caminho e seus novos significantes e significados. As marcas ficam registradas/registram-se no/através do corpo, este lugar fantástico onde repousa adormecido o universo, ansioso por ser despertado.

Àqueles que de uma forma ou de outra despertaram o universo que habita em mim, deixando suas marcas, meus agradecimentos. Em especial:

Ao mestre e orientador, Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, inspirador e incentivador de minha vida acadêmica. Sempre presente, estimulando e provocando meus questionamentos. Acima de tudo agradeço a confiança que deposita em um potencial acadêmico que ainda estou descobrindo. Pela paciência e amizade nos momentos de dúvidas profissionais e acadêmicas. Meu muito obrigada!

Aos amigos e estudiosos do Lazer que integram o GPL - Grupo de Estudos em Lazer - da Unimep, em especial ao Santista, Hélder, Edmur, Silvio e Mônica, pelo convívio estimulante e por terem se tornado referências na construção do meu caminho acadêmico.

A Prof. Dra. Vilma Leni Nista Piccolo que sempre acreditou e defendeu meu trabalho, oportunizando espaços para meu desenvolvimento profissional, pessoal e acadêmico. Pelas brigas travadas em favor de um trabalho, que carrega muito de meu ideal de vida, eu agradeço sua infinita generosidade, carinho e confiança.

A Prof. Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis, pelo apoio e pelas contribuições no decorrer de minha formação acadêmica, sempre muito atenciosa e portadora de extremo bom senso. Meus sinceros agradecimentos!

Aos professores doutores, Paulo César Montagner e Gustavo Luis Gutierrez pela compreensão e flexibilidade demonstradas frente aos meus pedidos e solicitações.

À equipe de funcionários do Alphaville Campinas Clube: Regina, Juliano, Rosi, Célia, Beth, Adriano, Zé Camilo, Sr. Luis, Dinho, que de uma forma ou de outra sempre auxiliaram na concretização de minhas “loucuras” com as crianças.

Às diretorias que passaram pelo clube durante minha permanência, por permitirem o desenvolvimento de meu trabalho e acreditarem nele de alguma forma.

Aos animadores-educadores que muito contribuíram para o desenvolvimento de todo o trabalho durante os quatro anos de Alphaville, sempre de maneira muito competente, profissional e o mais importante: sem perder a ternura! Desejo que este trabalho sirva como estímulo para vocês seguirem seus rumos profissionais, criando e recriando suas próprias histórias. Meus aplausos para: Dani Motta, Paty Beijo, Ju Clemente, Lu Vaz, Marquinho, Henrique, Mallet, Faísca, Carolzinha, Carol Mineira, Raquel, Michel, Karina, Cíntia, João Paulo, Andreza, Pocotó e Henrique “Sucesso”, meus pupilos e eternos amigos!

A Faculdade de Educação Física da UNICAMP, berço de minha formação profissional/acadêmica e leito de muitos encontros e desencontros, meu muito obrigado aos professores e funcionários.

Ao Marcelo, pela torcida e a compreensão durante o período que tive para escrever este trabalho. Seus sorrisos e seu bom humor sempre são fontes inspiradoras!!!

Finalmente agradeço aos principais atores deste trabalho: pais e crianças, jovens, adultos e idosos do Alphaville, pois sem eles as páginas a seguir não seriam possíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: A colônia de férias e a teoria do lazer: diálogos necessários para construção de uma metodologia	06
1.1. – O surgimento das colônias de férias e a concepção de lazer	07
1.2. – Colônia de férias: delimitando um conceito	12
1.3. – O componente lúdico e a criança na colônia de férias	20
CAPÍTULO II: A Colônia de Férias Temática (CFT)	25
2.1. – Preâmbulo	26
2.1.1 A Colônia de Férias Temática	26
2.1.2 O Alphaville Campinas Clube	27
2.1.3 A Política de Lazer	30
2.1.4 Os animadores sócio-culturais	33
2.2. – Colônia de férias temática: uma metodologia de ação	36
2.2.1 CONCEPÇÃO: fecundar desejos com temas férteis	37
2.2.2 PLANEJAMENTO: operacionalizar a concepção	39
2.2.3 EXECUTAR: concretizar o planejamento	46
2.2.4 AVALIAR: dar valia e computar a execução	50
2.2.5 REGISTRAR: calcar as marcas deixadas na história	51
2.3. – A continuidade da CFT	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
ANEXOS	69

INTRODUÇÃO

O grande embate que se trava entre a teoria e a prática na Educação Física, e em especial na área do lazer foi o que incentivou a realização deste estudo. Pretendo aqui fundamentar a ação pedagógica de minha atuação profissional, à luz da teoria do lazer e, através de seus resultados, justificar e enriquecer tais teorias, permitindo demonstrar que teoria e prática não se opõem, mas que são co-dependentes num exercício profissional efetivamente comprometido com a transformação.

A Colônia de Férias Temática, alvo deste trabalho, é uma proposta metodológica, vivenciada/ construída, em minha prática profissional, durante quatro anos, no Alphaville Campinas Clube – clube-condomínio da cidade de Campinas. Vale destacar, que se trata de um clube-condomínio de classe alta, localizado em área nobre, porém afastada do centro urbano de Campinas.

Analisar este caminho metodológico, a partir da teoria do lazer tem por objetivo, sanar alguns questionamentos e verificar suas possíveis contribuições ao desenvolvimento do duplo aspecto educativo do lazer de seus participantes, levando-se em conta o tripé planejamento, execução e avaliação.

Tais questionamentos surgiram no decorrer do curso de graduação, realizado na Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Em tal ocasião vivenciei uma série de conflitos – também compartilhados por muitos colegas – em relação à possibilidade de aplicabilidade de determinadas teorias, fora do ambiente acadêmico.

Algumas oportunidades profissionais surgiram, e com elas o desafio de comprovar a eficiência e a possibilidade de diálogo de tais teorias com a realidade do mercado profissional. Nasceu então a “Colônia de Férias Temática”¹.

¹ Com o intuito de facilitar e para efeito de melhor organização, o termo “Colônia de Férias Temática” será substituído pela sigla CFT, durante todo este trabalho.

Os poucos estudos relacionados ao tema, entre outros que tive contato, apresentavam-se de forma incompatível com o instrumental teórico que possuía, e a partir daí surgiram vários questionamentos, entre eles:

- o que deveria diferenciar a colônia de férias de outros eventos com “períodos pré estabelecidos, com atividades dirigidas e voltadas para o lazer dos participantes” (STEINHILBER, 1995, p.5)?;
- a quais objetivos e valores a colônia de férias deveria vincular-se para que não se resumisse à mera ocupação do tempo disponível de seus participantes?;
- quais os conceitos, princípios e instrumentos que poderiam contribuir para a estruturação de um programa de colônia de férias, comprometido com a transformação, facilitador do acesso aos bens culturais, estimulador de vivências (praticadas ou fruídas) e preocupado com a autonomia, a participação criativa e a intervenção crítica de seus participantes?;
- não deveria ser a colônia de férias, uma das opções de lazer para o tempo disponível – em especial das crianças, que tem suas escolhas sob o olhar e aval paterno – ao invés de ser imposta como única possibilidade?

Considero de grande importância a reflexão sobre o programa CFT, – entendido como mais uma possibilidade no planejamento do lazer – sobretudo pelo fato das colônias de férias serem propostas altamente difundidas no mercado, o que gera, em última análise, uma demanda de profissionais capacitados para atuar neste tipo de trabalho.

Para que estes espaços de ação profissional não se tornem meros reprodutores de sistemas de trabalho questionáveis e ultrapassados, este estudo deseja servir como contribuição na busca de uma ação pedagógica, crítica e transformadora, para que as atividades de lazer não signifiquem exatamente a sua negação, configurando-se como

“mercadorias” compradas em “pacotes” e impostas às crianças, pelos seus pais ou responsáveis.

Trata-se de um relato de experiência, que busca sua fundamentação teórica através de uma pesquisa bibliográfica e documental. Para operacionalização da metodologia de trabalho, foram utilizadas as seguintes técnicas:

- 1 – **pesquisa bibliográfica:** levantamento inicial; análise textual, temática, interpretativa e problematização (SEVERINO, 1991);
- 2 – **pesquisa documental:** análise de conteúdo (GIL, 1991), junto aos documentos disponíveis no clube, relacionados ao tema;

Quanto à organização do presente texto, considerei pertinente sua estruturação em três momentos distintos.

Num primeiro momento foram construídos os primeiros diálogos entre a teoria do lazer e o programa CFT, levando-se em consideração os aspectos tempo e atitude; as possibilidades oportunizadas pelo lazer (descanso, divertimento e desenvolvimento); os conteúdos abrangidos; e os níveis de participação (conformista, crítico e criativo). O levantamento histórico do surgimento e difusão das colônias de férias também faz parte deste capítulo.

O segundo capítulo apresenta o programa CFT partindo da análise do cenário em que este foi desenvolvido e entendendo-o como uma possibilidade de abrir canais de propagação da criatividade no planejamento do lazer. Destaca-se também, a influência do tripé – planejamento, execução, avaliação – no processo de organização do programa, a necessidade de existir uma ligação com os interesses e expectativas de seus participantes e a urgência de tais propostas estarem vinculadas a um espectro maior, – uma política de lazer – para evitar que se tornem pacotes de lazer, preparados por técnicos em seus gabinetes.

Finalmente, as considerações finais buscam as respostas aos questionamentos anteriormente apresentados, sinalizando caminhos possíveis para ação em colônias de férias,

bem como o desenvolvimento de planos de continuidade e o estímulo a ações que compreendam as colônias de férias como “espaços privilegiados de educação para o lazer, em que os educadores-animadores assumem o papel de mediadores do acesso aos bens culturais, atentos ao desenvolvimento de uma consciência mais crítica” (DA SILVA, 2003, p.331).

Ao propor esta possibilidade de “jogar” com o lazer, pretendo dar um passo em busca das utopias que habitam o profissional inquieto e buscador, dentre elas, a do desejo incessante de exercitar a consciência crítica e criativa não só no lazer, mas em outras esferas da vida. Este é um projeto bastante abrangente e desafiador que a meu ver, exige a integração de vários setores – educação, família, trabalho...- numa ação comprometida com a transformação.

No caminho entre o que é presente e o utópico garantem-se os espaços para o desenvolvimento de trabalhos sérios e comprometidos com a alegria. “Espaços de intervenção formal (para o professor) e informal (para o animador, entre outros profissionais) que percebam o corpo (ou melhor, o humano) qual RUBEM ALVES (2002) *‘como o lugar fantástico onde mora adormecido o universo inteiro’*. Sendo um universo e estando adormecido, fica o desafio para que o despertar (crítico e criativo) não se acabe junto com as Férias Temáticas, à cada temporada deixando um gostinho de quero mais.” (DA SILVA, 2003, p.331)

Pulsam nestes corpos, neste humano – unidade criadora e potencial criativo – a emergência de re-criar seus próprios caminhos – adormecidos – desvelando infinitas novas possibilidades, enfrentando os inevitáveis desafios e alçando vãos sobre novos horizontes.

Nesta redescoberta de si mesmo, valoriza-se o outro e suas marcas diversas, que refletidas no prisma humano fazem surgir sutil arco-íris: amalgama de si, do outro e do infinito que co-existe a ambos.

Incluo este trabalho como parte desta confusão criadora, fruto do amadurecimento e da re-criação de um caminho vivo e contagiante, nas rotas da alegria: a CFT, tempo-espaço para

reflexão, refração e dispersão de luzes e idéias, moldadas por doses de inspiração método e transpiração.

A inspiração prove de EINSTEIN (1981) ao defender que “(...) fazer, criar, inventar exigem uma unidade de concepção, de direção e responsabilidade”. Portanto, espero que os esforços aqui reunidos sirvam como contribuições para as discussões de uma área que anseia cada vez mais por concepção, direção e responsabilidade: o lazer!

CAPÍTULO I

A COLÔNIA DE FÉRIAS E A TEORIA DO LAZER: DIALOGOS NECESSÁRIOS PARA CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE AÇÃO

1.1. O SURGIMENTO DAS COLÔNIAS DE FÉRIAS E A CONCEPÇÃO DE LAZER

A colônia de férias é o tema escolhido para este estudo; entretanto a compreensão desta manifestação como proposta no lazer, passa necessariamente por uma discussão conceitual capaz de situá-la na realidade, considerando suas possibilidades e potencialidades, bem como suas barreiras e antagonismos.

Lançar questionamentos a partir de novos valores, situar o tempo/espaço da colônia de férias, explorar seus caminhos possíveis e suas encruzilhadas serão as ferramentas utilizadas neste capítulo, na tentativa de garantir a sua compreensão como espaço privilegiado de vivência do componente lúdico no lazer, enquanto forma e processo, com um fim em si mesmo, seja na prática, conhecimento e/ou fruição.

Fazer menção ao termo colônia de férias exige uma caracterização de seu significado, que parte do esclarecimento dos dois conceitos a ele associados.

O primeiro deles diz respeito aos equipamentos específicos de lazer (MARCELLINO, 2000) *Colônias de Férias*, normalmente vinculados a associações, empresas e sindicatos. O segundo se refere ao *programa Colônia de Férias* alvo central deste estudo.

Segundo STEINHILBER (1995) o primeiro programa de colônia de férias foi realizado, na década de 30, no Forte São João, atual Escola de Educação Física do Exército no Rio de Janeiro. Seu objetivo principal era ocupar o tempo livre dos filhos de militares em férias escolares, além de possuir um caráter socializador, cabendo por tanto, ao profissional responsável, o dever de manter os participantes ocupados o tempo todo evitando assim que o entusiasmo diminuísse ou que a desordem se estabelecesse.

“As finalidades eram, as de proporcionar aos escolares em férias oportunidade de preencherem esse período de forma orientada com atividades físicas, estimulando o gosto pelas mesmas, despertando o desenvolvimento do espírito de equipe, da ação comunitária, da liderança e o espírito desportivo” (1995, p.4).

A análise das considerações feitas por STEINHILBER, a partir do entendimento de lazer “... como cultura – no seu sentido mais amplo – vivenciada (prática ou fruída), no tempo disponível, sendo fundamental como traço definidor, o caráter ‘desinteressado’ desta vivência (...) e em que não se busca, pelo menos basicamente, outra recompensa além da situação provocada pela situação” (MARCELLINO, 1995b, p.31) gera uma série de questionamentos, apesar de terem sido a partir destes objetivos que as colônias de férias se difundiram no Brasil.

É relevante destacar os aspectos e objetivos positivos da concepção de colônia de férias apresentada, tais como: oportunizar atividades orientadas aos filhos de militares em férias, estimular o gosto por atividades esportivas, despertar a ação comunitária e o espírito esportivo, elementos fundamentais para valorização das experiências de lazer. Entretanto não se pode negar que estes objetivos soam contraditórios em relação à ação do profissional do lazer, que deve estar preocupado em manter a ordem e o tempo dos participantes completamente ocupado.

Na medida em que se valoriza o preenchimento do tempo dos participantes, se reforça, segundo MARCELLINO (2000), uma visão funcionalista do lazer, altamente conservadora e que busca a paz social, instrumentalizando o lazer como recurso para o ajustamento das pessoas a uma sociedade supostamente harmonizada. Neste sentido a colônia de férias já não estaria garantindo a vivência do lazer em si mesmo.

Outras inquietações surgem quando se vislumbra a ligação de tais objetivos com a pretensão de incutir valores de uma visão higienista de sociedade (‘preencher de forma orientada com atividades físicas’), reforçada pelo patriotismo (‘ordem, espírito de equipe, espírito desportivo’) bem característico da época.

Em tempo, vale destacar que o caráter socializador a que as colônias de férias se propunham não era um fator exclusivo para sua caracterização, podendo ser vivenciado em outras esferas da vida: escola, trabalho...

Estas reflexões iniciais sinalizam a fragilidade das colônias de férias, quanto a seus objetivos primeiros, atentando para a necessidade de se conhecer seu desenvolvimento no decorrer das décadas para diagnosticar os paradigmas e “ranços” que até hoje, ainda são reproduzidos nas programações.

Vale destacar, que apesar de suas limitações, a iniciativa militar foi bastante louvável considerando-se o contexto da época, uma vez que serviu de incentivo para o desenvolvimento de iniciativas semelhantes que proliferaram em outros Estados.

Durante as décadas de 30 e 40, as colônias de férias foram tomando vulto crescente e, a partir de 1950, surgiram as primeiras iniciativas, em parceria com os governos estaduais e com elas a divisão de ações, cabendo às Escolas Militares o apoio logístico e cessão de espaços, e aos governos estaduais, todo o desenvolvimento da parte pedagógica, recursos humanos e refeições (STEINHILBER, 1995).

STEINHILBER (1995) destaca que, também na década de 50, surgem as primeiras iniciativas de colônias de férias promovidas por instituições particulares – algumas em período integral, outras em meio período – sendo estas, hoje, as mais difundidas. A difusão deste tipo de colônias de férias faz surgir novos objetivos e valores, vinculados a obtenção de lucro, o que não acontecia nas colônias de férias promovidas pelas Escolas do Exército.

Em pesquisa recente realizada por SOUZA (2003), na cidade de Belo Horizonte, delimita-se um perfil bastante interessante para as colônias de férias. Em sua maioria são realizadas em escolas, de caráter privado; em grande parte são desenvolvidas por mulheres formadas em pedagogia, e visam alcançar os seguintes objetivos: atender aos pais que trabalham e não tem com quem deixar os filhos nas férias, favorecer a socialização das crianças, desenvolver a criatividade e o divertimento e construir um ambiente saudável para a Educação.

Tais resultados, apesar de fazerem parte de um recorte da realidade regional (considerando as gigantescas diferenças regionais existentes no Brasil), permitem algumas

reflexões. Novamente, observa-se uma concepção de lazer instrumentalizada, que busca atender a objetivos alheios à própria criança, deixando de se constituir em fonte primeira de prazer, descanso, divertimento e desenvolvimento para aqueles e aquelas que estão diretamente envolvidos no processo.

Ao notar as semelhanças entre os valores e objetivos das colônias de férias das décadas de 30 e as dos dias de hoje, surge um grande questionamento: *estariam as colônias de férias se configurando como locais privilegiados de difusão dos valores do lazer, contribuindo para a autonomia de seus participantes (educando para o lazer) e para o desenvolvimento humano (educando pelo lazer), além de enfocar as qualidades de descanso e divertimento que vão muito além do mero ‘ocupar’ o tempo das crianças?*

Os resultados observados na pesquisa de SOUZA (2003), demonstram que isso está muito longe de acontecer e que, talvez, as colônias de férias ainda estejam vinculadas a valores e objetivos da época de seu surgimento, bastante desatualizados para atender a uma sociedade que anseia por transformação.

Para STEINHILBER é característica das colônias de férias a recreação e não a continuidade de intervenção num programa permanente. Entendendo recreação como “ato de criar de novo (...) divertimento; prazer (...) satisfação e alegria naquilo que se faz. Retrata uma atividade que é livre e espontânea e na qual o interesse se mantém por si só, sem nenhuma coação interna ou externa de forma obrigatória ou opressora afora o prazer” (1995, p. 89), portanto cumprindo uma das dimensões do lazer, a de divertimento.

Este mesmo autor reforça que pode ser chamado de colônia de férias “qualquer evento com um período pré-estabelecido, com atividades dirigidas, voltadas para o lazer de seus participantes. Um programa fim com objetivos a serem atendidos” (1995, p. 5-6).

Questiona-se tal definição na medida em que esta flexibilização e dilatação do termo *colônia de férias*, acaba dificultando a diferenciação desta entre outras propostas de lazer, que

apresentam as mesmas características: ‘eventos com atividades dirigidas’, ‘períodos pré-estabelecido’.

Neste sentido um spa poderia, segundo o autor, ser considerado uma colônia de férias, pois “trata-se de uma atividade onde as pessoas permanecem por período determinado em busca de um objetivo, convivendo socialmente com demais participantes e participando de atividades físico-desportivas de forma lúdica” (STEINHILBER, 1995, p. 5).

Este grande “guarda-chuva” que o autor nomeia colônia de férias abarcaria praticamente todo e qualquer tipo de atividade de lazer, entretanto é notória a existência de diferenças ao considerarmos um spa e uma colônia de férias.

A primeira delas é o fato de considerarmos que existem pessoas que estão num spa por motivos de saúde e não sentem prazer algum em estar realizando atividades físico-esportivas. Tal fato já comprometeria a colônia de férias no que tange ao aspecto atitude –fundamental para caracterizar o lazer – uma vez que não se cogita a participação “desinteressada” e/ou “descompromissada” em busca da satisfação e/ou prazer.

Num segundo momento, destacar a participação em atividades físico-esportivas demonstra, como já apresentado anteriormente, a restrição dos conteúdos culturais que deveriam integrar a colônia de férias, em parte, fruto da influência de profissionais de uma área específica (educação física).

As poucas publicações a respeito do tema apontam a ligação entre as propostas das colônias de férias com os métodos adotados pela educação física no decorrer da história, sinalizando a grande influência desses profissionais nas colônias de férias. Este fato é facilmente confirmado, atualmente, pela predominância de propostas que enfatizam as atividades físico-esportivas, bem como pelo número elevado de profissionais da área engajados neste tipo de atividade.

Discussões mais atuais e a própria concepção de lazer utilizada neste trabalho, compreendida enquanto ‘cultura em seu sentido mais amplo, com características específicas’, indicam a necessidade de se considerar a abrangência de conteúdos, elemento fundamental para democratização de acesso aos bens culturais.

Vista deste panorama a colônia de férias deveria abarcar outras manifestações desta cultura, valorizando a diversidade de conteúdos, na prática, assistência e conhecimento na busca de superar os níveis de participação (de conformista para crítico e criativo) dando condições para que a escolha se torne “tão mais autêntica quanto maior for o grau de conhecimento que permita o exercício da opção entre alternativas variadas” (MARCELLINO, 2000, p. 51).

Ainda considerando a comparação feita por STEINHILBER (1995), ao falar da ‘permanência por tempo determinado em busca de um objetivo’, se reforça uma visão funcionalista do lazer – que não deve ter outro objetivo senão a satisfação na realização de uma atividade – além de desconsiderar o aspecto ‘tempo’ que deveria ser liberado das obrigações (profissionais, familiares, religiosas, sociais).

A reflexão sobre as comparações feitas por STEINHILBER e suas considerações a respeito da caracterização das colônias de férias, pretende demonstrar a necessidade de se discutir uma definição mais adequada ao termo ‘colônia de férias’, pautada na teoria do lazer, e que em última análise, permita uma organização/ caracterização mais efetiva destas programações enquanto uma, dentre infinitas possibilidades no planejamento do lazer, acima de tudo por possuir suas especificidades.

1.2. COLÔNIA DE FÉRIAS: DELIMITANDO UM CONCEITO

A delimitação de um conceito para o termo colônia de férias, será feita a partir da análise de significados das palavras ‘colônia’ e ‘férias’ e a posteriori será construído o pensamento que pretende sustentar este conceito.

A opção é partir de compreensões do senso comum, pois é dele que pululam as inquietações para elaboração do conhecimento científico.

Na antiga Roma, o termo *féria* relacionava-se ao dia durante o qual “a religião prescrevia a cessação do trabalho” (LELLO e LELLO, 1966, p.510) e já indicava a influência religiosa na organização e determinação do tempo de trabalho e conseqüentemente no tempo de não trabalho.

Em FERREIRA (1975) pode se encontrar os seguintes significados:

- ‘*colônia*’: “conjunto de pessoas que se reúnem para um determinado fim” (p. 347);
- ‘*férias*’: “número de dias consecutivos destinados ao descanso de funcionários, empregados, estudantes... após um período anual ou semestral de trabalho ou atividades” (p. 621)

A análise destes significados será feita, partindo da concepção de lazer já apresentada anteriormente, e desta forma já se pode destacar que a *finalidade* da ‘reunião de um grupo de pessoas’ que opta por participar de uma colônia de férias não deve ser outra, senão a busca de satisfação (e não melhora da saúde ou perda de peso, como no exemplo citado do spa) provocada pelas atividades.

O tempo em que a colônia de férias acontece é inegavelmente o das férias, tempo-espço que dialoga com o tempo do trabalho e demais obrigações, exigindo que para falar da primeira seja necessário tratar dos últimos.

As férias se configuram como um tempo-espço marcado pela ansiedade – principalmente na sociedade moderna – e influenciado pela produtividade, que acaba sendo reproduzida no lazer. Isso é verificado com a crescente tendência a especialização e profissionalização das práticas de lazer, estimuladas por uma indústria cultural que valoriza o consumo através da criação de necessidades muitas vezes desnecessárias.

MARCELLINO já apontava esta tendência à ansiedade ligada ao tempo disponível, quando considera que “o próprio caráter social requerido pela produtividade, confina e adia o prazer para depois do expediente, finais de semana, períodos de férias e mais drasticamente para aposentadoria” (2000, p.14).

É de se imaginar que toda esta postergação e confinamento das possibilidades de vivência do prazer gerem uma grande ansiedade, e ampliem as expectativas com relação aos ‘momentos’ do prazer, o que muitas vezes acarreta frustrações ou falsas satisfações que não sobrevivem ao primeiro dia de volta ao trabalho.

A ansiedade, em especial a existente em relação às férias, se relaciona diretamente com a expectativa que se cria de que este tempo-espço permita uma fuga do real, estabelecida pelas dinâmicas do trabalho – na maioria das vezes alienante e reprodutor de uma ordem hegemônica, assim como aponta MARCELLINO (2000, p. 68):

“As férias não podem ser entendidas de forma separada da vida das pessoas. É comum o seu caráter compensatório, de um trabalho estafante e sem sentido, ou até mesmo da falta regular do lazer. Talvez por este motivo, o período das férias seja marcado pela ansiedade exagerada para uma parcela da população”.

O que não se evidencia neste contexto é que na mesma proporção que se busca a fuga e a compensação do trabalho no lazer, se reforça a alienação marca das relações do trabalho, reproduzidas nas escolhas que são feitas pelos indivíduos em seus momentos de lazer.

A reprodução de valores hegemônicos e a alienação marcada nas relações de trabalho e do lazer têm suas origens na organização da sociedade moderna, que em oposição as sociedades primitivas, valorizam cada vez mais o distanciamento da vida e da natureza, das obrigações e das não obrigações.

Nas sociedades rurais a divisão das esferas da vida – trabalho e lazer, por exemplo – não eram tão nítidas. O trabalho era desenvolvido em mutirões e no ambiente das moradias, estando o ritmo da vida e, portanto do trabalho, muito ligado a natureza, como cita REQUIXA

“... trabalhar e recrear-se, englobavam-se integrados na existência humana, sem que se distinguíssem, em períodos especiais, seus tempos respectivos” (1980, p. 22)

Com o advento da modernidade e a organização dos centros urbanos, se instala uma nova ordem que segrega trabalho e lazer, tornando o primeiro fragmentado e especializado, – característica aos poucos assimilada e reproduzida no lazer – despersonalizando as relações sociais e criando uma noção de tempo mecânica, controlada, visando atender as exigências de uma maior produtividade – a quantidade é valorizada em detrimento da qualidade.

REQUIXA aponta consideráveis modificações nas atitudes relacionadas aos aspectos sociais, do trabalho e do lazer, a partir da transição de uma economia estática – de subsistência – para uma economia dinâmica – que visa lucro; bem como a influência da religião – principalmente com a difusão do ideário protestante – “... que condena o lazer na medida em que considera o ócio pernicioso e o trabalho uma forma de servir a Deus” (1980, p. 23).

Nesta nova organização de sociedade pautada pelo desenvolvimento tecnológico, a obtenção de lucro e o consumo desenfreado – inacessível a uma parcela da população – emergem novas relações com o tempo disponível e conseqüentemente novas formas de lazer.

As condições sociais se tornam mais favoráveis ao consumo do que a criação social e a indústria cultural – parte integrante desta sociedade – visando o estímulo ao consumo rápido de seus ‘produtos’, “faz com que o nível da maioria das obras veiculadas seja elementar e fragmentário” (MARCELLINO, 2000, p. 21). Desta forma se estabelece uma sociedade do descartável, em que predomina a fugacidade e a superficialidade como estratégias de ampliar ainda mais os lucros.

MARCELLINO destaca que:

“... se é certo que as manifestações da indústria cultural poderiam cumprir pelo menos alguns requisitos que contribuíssem para o desenvolvimento cultural, é também verdadeiro que na prática as decisões são tomadas em termos de

rentabilidade financeira, evidenciando a homogeneização do consumo, num nivelamento por baixo” (2000, p.21).

O lucro se torna a meta da sociedade moderna, e esta racionalidade capitalista que se estabelece, segundo PERROTTI (1982), despreza completamente o tempo dos homens – total, integral e pleno – para valorizar o tempo da produção – destacável, fragmentado e mercantilizado. Neste sentido, se torna importante o tempo-volume de produção em detrimento dos desejos e sonhos humanos, cabendo desta forma questionar:

- a quantos e a quais estão acessíveis tais ideais?;
- o lazer – entendido como produto e processo desta sociedade – não se torna, então, tempo-espço de lucro conforme vai condicionando a participação à especialização (através da necessidade de aquisição de equipamentos para prática de determinadas atividades) e a busca de resultados (característico do trabalho)?
- a própria colônia de férias não seria um espaço potencial para difusão deste lazer mercadoria, se não assumir um compromisso com transformação pautada pelos valores da concepção de lazer que se propõem?
- o lazer, assim, não estaria se tornando um instrumento de dominação e manutenção de uma ordem hegemônica, ao invés de se comprometer com a transformação?

É deste universo de questionamentos e da amplificação do contexto já desvelado, que será delimitado o conceito que este estudo considera mais adequado para o termo colônia de férias, percebendo que este pode assumir potencialmente duas tendências: a de ser um tempo-espço de ruptura com o estabelecido, vivenciado no exercício da opção; ou, a de se configurar como tempo-espço de reprodução de uma ordem, marcada pelas relações do trabalho, valorizando o consumo e alimentando a alienação.

Para efeito de análise, este estudo delimita a colônia de férias como uma possibilidade no planejamento do lazer – programa ou programação – que ocorre necessariamente no período de férias de seus participantes sem, portanto apresentar restrições etárias ou de qualquer tipo. Sua organização poderá ser feita em dias consecutivos ou alternados, com realização de meio período ou período integral, duração superior a quatro dias e contando com um grupo fixo de participantes.

Entendida como programa ou programação, a colônia de férias pode ser desenvolvida em diferentes equipamentos específicos (clubes, centros recreativos, acampamentos, hotéis, praças e parques...) e não específicos (escolas, condomínios, conjuntos habitacionais, unidades militares...) de lazer, sendo desejável que se configure como uma das opções – e não a única – a ser oportunizada para um grupo ou grupos de pessoas.

De maneira geral, como as outras possibilidades no lazer, a colônia de férias não deveria possuir outra finalidade senão a busca da satisfação/prazer, devendo se configurar como tempo-espço privilegiado para difundir os valores do lazer, proporcionando oportunidades ímpares de exercício da autonomia, criticidade e criatividade.

Estas oportunidades seriam viabilizadas através do estímulo e orientação à participação do público, a partir dos conteúdos culturais, levando-se em conta seus três gêneros (prática, assistência e conhecimento) e buscando que as pessoas ultrapassem os níveis de participação, do possivelmente conformista para o crítico e criativo.

Apresentando como sustentação teórica a concepção de lazer já citada anteriormente, é fundamental que estes programas sejam elaborados a partir da realidade dos participantes, levando-se em conta anseios e expectativas e buscando garantir o compromisso com o desenvolvimento de uma consciência crítica, sem a qual STOPPA afirma que “... a informação torna-se alienante e manipuladora, deixando de garantir uma efetiva participação cultural” (1998, p. 13).

Assim, o componente lúdico do lazer teria condições de se manifestar e ser vivenciado na colônia de férias, não só como produto – acabado e oferecido aos participantes – mas como processo situado e construído historicamente pela ação–re–ação dos participantes – pretensão do programa CFT.

Desta forma, como reforça PERROTTI (1982) a produção cultural – na qual se pode incluir o lazer – deve se organizar, não só como espaço de difusão de uma cultura dominante, mas como memória e resgate das identidades dos sub grupos excluídos – crianças, idosos, portadores de deficiência, entre outros – para que dialoguem com a cultura hegemônica e ressoem a desalienação vivida a revelia deste sistema dominante, através de experiências em que estes sub grupos se reconheçam sujeitos, ativos, participantes, humanos e não apenas meros consumidores.

Neste sentido seriam oferecidas na programação da CFT, possibilidades para que os participantes pudessem exercer “... o corpo, a imaginação, o raciocínio, a habilidade manual, o contato com outros costumes e o relacionamento social, quando, onde, com quem e da maneira que quisessem” (MARCELLINO, 2000, p.19).

A partir desta delimitação, poderia se considerar, por exemplo, a colônia de férias como sendo a programação que ocorre num acampamento (equipamento específico de lazer) e ao mesmo tempo considerar o acampamento (prática de campismo) como parte integrante de uma programação de colônia de férias.

A análise do lazer como produto e processo de uma cultura que valoriza o efêmero, leva à constatação de que, embora desejável, a co-participação no planejamento do lazer – gestores e público – ainda está bastante distante da realidade. Isso se deve primeiro a uma estrutura gerencial paternalista e altamente centralizadora e, num segundo momento à influência de uma sociedade que valoriza o descartável.

A valorização dos produtos fugazes da indústria cultural contribui para formação de consumidores impulsivos – atordoados pela indústria cultural que produz PARA e não A

PARTIR DA sociedade. Desta forma, a autonomia não é estimulada e em última análise não se educa para o lazer (assim como não se educa para o trabalho) e não se criam oportunidades para uma participação criativa.

Conforme propõe PERROTTI “... o que não se pode fazer é reduzir a cultura aos produtos que realiza, deixando-se de lado o modo e as relações de produção como o próprio produtor...” (1982, p. 17), permitindo que os produtos culturais se desloquem de sua posição de objetos da ação humana, para que alienados dos que o conceberam transformem-se em principal sujeito do processo histórico.

O mesmo autor reforça que, desta forma se valoriza a produção cultural como processo e produto de personagens que devem ser analisados não apenas naturalmente (aspectos biológicos), mas política e historicamente. Esta visão, em última análise, desconsidera a possibilidade de substituição da produção cultural, pelos produtos difundidos através da indústria cultural comprometida com as esferas privilegiadas (produtoras/ hegemônicas) da sociedade.

Diante deste quadro, cabe ao gestor de lazer, comprometido com uma ação pedagógica transformadora, garantir no tempo-espço da colônia de férias a difusão dos valores do lazer, levando em conta seu duplo aspecto educativo e enfocando o divertimento e o descanso tanto quanto o desenvolvimento (social e individual), para que então novos valores se consolidem e levem a reformulação dos objetivos primeiros das colônias de férias, de “... manter os participantes ocupados o tempo todo, evitando que o entusiasmo diminua e a desordem se estabeleça” (STEINHILBER, 1995, p.20).

A alternativa de buscar novos valores e objetivos que oportunizem o atendimento das pessoas consideradas em seu todo, é inevitável quando se pretende no lazer oportunizar a subversão de uma ordem estabelecida que é opressora. Para que os participantes sejam efetivamente os responsáveis e proprietários de suas escolhas, MARCELLINO afirma ser necessário “... que estas mesmas pessoas conheçam os conteúdos que satisfaçam os vários

interesses, sejam estimuladas à participação e recebam um mínimo de orientação que lhes permita a opção” (2000, p.17).

1.3. O COMPONENTE LÚDICO E A CRIANÇA NA COLÔNIA DE FÉRIAS

Os itens anteriores se propuseram a analisar de maneira mais abrangente a colônia de férias, suas relações com a concepção de lazer, bem como a delimitação do conceito de colônia de férias que sustentará o desenvolvimento deste estudo.

O relato de experiência que será apresentado no próximo capítulo foi fruto de um trabalho desenvolvido com crianças de 03 a 13 anos e, portanto, seria bastante relevante uma breve incursão sobre o universo infantil considerando as formas como o componente lúdico se manifesta nele.

Os limites impostos por uma sociedade marcadamente industrial e capitalista tem contribuído historicamente para a construção de um ‘sentimento de infância’², demarcando o momento histórico em que as crianças passam a ser vista de forma separada do adulto, deixando de serem ‘homens pequenos’ e passando a ter sua especificidade.

PERROTTI discute em sua obra, a exclusão cultural - etária e de classe - a que é submetida a infância. Considerada na sociedade capitalista “enquanto faixa etária ‘incompleta’, a criança deve ser a consumidora passiva de produtos culturais elaborados para ela pelo grupo social hegemônico, a fim de que possa tornar-se um ser humano evoluído, ‘completo’” (1982, p. 16).

² Termo utilizado por Ariès (1981) em sua obra “História social da criança e da família” que se relaciona aos sentimentos de paparicação e moralização em relação a criança, surgidos a partir da Idade Média. A criança deixa um estágio em que passava despercebida – misturando-se aos adultos – para então ganhar sua especificidade seja através da paparicação ou da moralização – educação através das escolas.

O ‘vir a ser adulto’ valoriza apenas o aspecto puramente natural da criança e sua dependência biológica em relação ao adulto, violentando os espaços culturais que lhe cabem e negando sua cultura própria.

A organização e re-construção do contexto social, a partir da Revolução Industrial (século XVII) apesar de terem concedido tal especificidade a infância, marcaram também, conforme aponta DA SILVA (1999), uma época de império da lógica adulta, em que a criança – não mais vista como responsabilidade única da família – é concebida como ser inacabado e ‘naturalmente’ dependente do adulto em todos os sentidos.

Esta natureza dependente vinculada a infância, segundo DA SILVA (1999), confere a criança características de um “... ser desprovido de traços específicos e valores próprios, desconectada do contexto em que está inserida pelo fato de ser diferente do que é dominante, o que acarreta sua marginalização” (p. 28).

O adulto, então visto como provedor e detentor de um conhecimento e ‘experiência’ – de vida – entende-se portador de direitos para exercer poderes sobre a criança, ou capacitado para determinar o que é melhor ou pior para esta criança, desconsiderando a vontade dela. Aponta DA SILVA que “... esta autoridade social imposta à criança, reproduz formas de autoridade de uma dada sociedade...” (1999, p. 28) pautada em ideais e valores hegemônicos que excluem não só ela, mas outros que também permanecem a margem da sociedade capitalista – pessoas portadoras de deficiência, idosos, entre outros.

Esta visão abstrata de infância ignora qualquer possibilidade de considerar a criança como produto/ produtora de cultura e possuidora de um papel social. Mas do que isso, como portadora de uma cultura lúdica própria (BROUGÈRE, 2002) que relaciona os elementos de uma cultura geral e o faz de conta, vivenciando isto através do jogo e da brincadeira.

BROUGÈRE considera que através do jogo, a criança faz a experiência do processo cultural e da interação simbólica em toda sua complexidade, construindo sua cultura lúdica. Pois é o jogo “...de fato um ato social que produz uma cultura (conjunto de significações)

específica e ao mesmo tempo é produzido por uma cultura...” (2002, p.29) tendo como agente principal – e não mero coadjuvante – a própria criança.

Toda esta organização colaborou com a visão que se tem da infância hoje, reforçando sua marginalidade social e desconsiderando sua possibilidade de participação cultural. Enfim, isso influenciou diretamente as possibilidades de lazer com a criação de limites e barreiras de acesso a este público, ou também à consideração da infância como reinado do lúdico.

MARCELLINO (1990) confirma estas considerações ao falar que se aniquila a cultura da criança, enquanto produto e principalmente enquanto processo contribuindo para sua negação ou para a impossibilidade de sua manifestação.

Ao entender o lazer como “campo de atividade, com possibilidade de gerar valores que ampliem o universo de manifestação do brinquedo, do jogo, da festa para além do próprio lazer” (MARCELLINO, 1990, p. 55), considera-se a construção de uma cultura lúdica - tratada por BROUGÈRE (2002) – própria da infância (sem negar as demais faixas etárias) vivificada nas experiências, semelhantes e diferentes, entre o ‘jogo do faz-de-conta’ e o ‘jogo do real’.

Observando por este prisma, é evidente considerar que “... não existe apenas uma criança, mas várias crianças com repertórios variados, determinados entre outros fatores pelo tipo de aquisição verificada na vivência ou na não vivência do lúdico” (MARCELLINO, 1990, p.78).

A partir daí a criança passa a ser situada numa sociedade concreta em que lhe é conferida sua real especificidade, e aceito seu papel social. Entretanto, não se pode negar que a sociedade moderna desconsidera esta visão e “... furta o componente lúdico da cultura da criança, independente de classe social, o que provoca uma igualdade entre as crianças” (STOPPA, 1998, p. 17).

A padronização das crianças pode ser verificada ao analisar a própria indústria cultural, que justifica a falta de criação cultural com uma produção cultural voltada *para* a criança. Conforme cita PERROTI (1982), esta é fruto da influência de uma sociedade que considera o homem em tempos estanques, unitários e valorados conforme suas capacidades produtivas. Assim, os critérios que determinam o ‘cultural’ são os produtivos, e a produção cultural vincula-se aos conteúdos ideológicos dos segmentos sociais dominantes, oprimindo e desconsiderando os que nele não se enquadram (crianças).

O furto do lúdico é consequência de vários fatores, entre eles: a valorização da visão adultocêntrica de infância; a necessidade de trabalho infantil nas famílias menos favorecidas; a preparação da criança para o trabalho; e em última análise a, já citada, produção cultural *voltada para* – e não *partindo da* – infância.

É urgente notar que a “... produção cultural da criança é substituída cada vez mais, por uma produção cultural para a criança, que a considera apenas como consumidor potencial...” (MARCELLINO, 2000, p.36), para que desta forma, torne-se possível o desenvolvimento de propostas que considerem a criança enquanto produtora de cultura, e oportunizem-se os tempo-espacos importantes para criação e manifestação desta cultura lúdica.

A criança impossibilitada dessa criação, se torna consumidora ainda sem repertório suficiente para que este consumo se dê de forma crítica e criativa, e então se retorna ao ciclo vicioso que considera a dependência natural da criança.

Neste espaço entre o presente e a utopia é que devem ser construídos os sonhos, passo-a-passo através de ações concretas. Então a *Colônia de Férias Temática* se configura como tempo-espaço de realidade concreta, em que os cenários são compostos coletivamente por seus personagens – as crianças, gestores, animadores.

Atores de uma peça-jogo – chamada lazer – que não busca em si outro objetivo senão a satisfação. Esta peça-jogo tem em seu enredo o diálogo com a realidade na busca de um novo jogo construído a partir “... da criação do animo, da provocação de estímulos e da cobrança da

esperança. À preparação não para uma sociedade dominada pela exploração do trabalho, ou para o ideal questionável de uma civilização do lazer, mas à educação para o movimento do presente, o que implica em não considerá-lo imutável” (MARCELLINO, 1990, p. 105).

As colônias de férias são parte desta peça-jogo e à despeito de sua popularidade e difusão, merecem maior reflexão, pois ainda engatinham por caminhos questionáveis e sem fundamentação teórica que as sustentem.

O presente estudo, busca a fundamentação teórica de uma metodologia de trabalho com colônias de férias – a CFT – desenvolvida durante quatro anos no Alphaville Campinas Clube, Clube-condomínio da cidade de Campinas.

O próximo capítulo se dedica a apresentação desta experiência, que sempre esteve preocupada em considerar o tempo-espço da CFT, como oportunidade privilegiada para difundir os valores do lazer, através do desencadeamento de um processo de Educação para e pelo lazer.

CAPÍTULO II

A COLÔNIA DE FÉRIAS TEMÁTICA (CFT)

2.1. PREÂMBULO

2.1.1. A Colônia de Férias Temática

A partir do que foi tratado no capítulo anterior, a respeito das colônias de férias pode-se observar, a riqueza de possibilidades que se abrem dentro deste tipo de programação integrante do planejamento do lazer.

Ao fazer opção pela *Colônia de Férias Temática* (CFT), pretende-se criar um espaço de busca de raízes do saber cultural, vivenciado nas experiências de lazer.

Na medida em que se delimita um tema, é de se imaginar que se restringe o universo possível de acesso aos bens culturais, o que em parte não deixa de ser verdadeiro. Entretanto, na mesma proporção, se abre um leque de opções e valores agregados a este tema, que vivenciados na exploração diversificada dos conteúdos culturais, contribuem para ampliar o repertório individual e conseqüentemente as possibilidades de escolha no tempo disponível.

Oportunizar o conhecimento e re-conhecimento das possibilidades do lazer, não é, contudo suficiente para contribuir com a autonomia - conforme proposto no capítulo I. Para que tal aconteça deve-se levar em conta a necessidade de desenvolver uma ação pautada numa 'Pedagogia da Animação' (MARCELLINO, 1990) que permita a mudança de níveis, possivelmente conformistas para críticos e criativos.

MARCELLINO confirma estes apontamentos quando comenta que "... o lazer é um veículo privilegiado de educação...", reforçando que para a prática de suas atividades "... é necessário o aprendizado, o estímulo, a iniciação aos conteúdos culturais, que possibilitem a passagem de níveis menos elaborados, simples, para níveis mais elaborados, complexos" (2000, p.50).

A CFT é um espaço-tempo – programa – que foi estruturado no Alphaville Campinas Clube, visando atender a estes objetivos.

Apesar da experiência ter sido desenvolvida com crianças de 03 a 13 anos, se reforça a aplicabilidade de tal metodologia e programação com quaisquer faixas etárias, desde que lhe sejam conferidas as devidas adaptações.

A primeira CFT foi realizada em janeiro de 2000, tendo sido concebida para atender a diferentes faixas etárias – crianças, jovens e adultos – entretanto, as condições de organização do clube, recém inaugurado na época, e as dificuldades encontradas para difundir o programa com os adultos, contribuíram para que os esforços fossem re-direcionados e reunidos em torno de uma proposta menos abrangente mas que desse conta de comprometer-se com todos os valores já citados.

A faixa etária escolhida inicialmente foi a de 07 a 12 anos, mas a demanda existente abrangia as crianças menores e com isso, em sua 3ª edição a CFT passou a trabalhar com crianças de 03 a 13 anos. A delimitação desta faixa etária ocorreu em resposta a uma demanda existente no clube, naquela época.

2.1.2. O Alphaville Campinas Clube

O Clube integra o complexo da ‘microcidade’ Alphaville, localizada na cidade de Campinas-SP e da qual também fazem parte: o residencial Alphaville, um complexo educativo e um complexo comercial.

Esta tendência de apropriação de certos espaços por grupos economicamente privilegiados, na tentativa de formar ‘microcidades’ imunes à pobreza e às carências sócio-econômicas, segundo DA SILVA (2000) é fruto de um crescimento desordenado dos centros urbanos, que acrescido do abismo existente entre os diferentes grupos sociais, são os

responsáveis pelos desequilíbrios espaciais nos centros urbanos, desvalorizando os centros históricos e aumentando a violência.

DE PELLEGRIN (1995) ao discutir o significado político do espaço, aponta que as transformações decorrentes da Revolução Industrial, somadas a estruturação dos centros urbanos e ao caráter mercadológico conferido aos espaços, transformou o domínio destes em mais uma forma de controle político e social. Assim, o espaço passou a assumir o papel de agente e resultado das transformações da sociedade.

A despeito da expectativa que se cria em torno destas ‘microcidades’, como espaços míticos e inacessíveis ao ‘caos urbano’, DE PELLEGRIN destaca que isto não é suficiente para impedir o surgimento de manifestações típicas do urbano. Tal fato pode ser justificado, pois ao apropriarem-se deste ‘novo’ espaço, os indivíduos levam para ele seus códigos e comportamentos provenientes do ‘caos urbano’, fazendo com que o espaço ‘idealizado’ reproduza ações do espaço ‘caótico’ do qual buscavam se isolar.

As complicações deste cenário, sempre estiveram muito presente no Residencial Alphaville, sendo relevante destacar entre elas: o alto índice de violência e atos vândalos envolvendo os moradores do condomínio; o descaso e depredação de patrimônios da comunidade, como o próprio Clube.

O Alphaville Campinas Clube conta com uma área privilegiada de 250.000 metros quadrados, onde predominam áreas verdes. Além disso, conta com vários equipamentos específicos de lazer, entre eles: seis quadras de tênis, quadra poliesportiva, cancha de bocha, campo de futebol society, quadra de vôlei de areia, quadra de areia para peteca, campo de treinamento para golf, piscina, pista de cooper, sala de snooker, academia de ginástica, salão de festas, sala de TV e brinquedoteca. Dispõem também de equipamentos não específicos de lazer que foram utilizados pelos programas de CFT.

Toda esta estrutura do Clube, atende exclusivamente aos moradores do Residencial Alphaville que é composto por 1.458 lotes – potencial de aproximado de 6.000 moradores –

que vem sendo ocupados desde 1997 e em janeiro de 2003 contabilizava em torno de 600 famílias moradoras.

O fato de estar situado num condomínio confere ao clube algumas especificidades, como:

- a representação do espaço construída pelos associados é a de que o clube é uma continuidade de suas residências, o que gera infinitas complicações em relação à estabelecer limites para uma convivência adequada e sadia;
- a frequência de associados ao clube ser sempre bastante flutuante e mostra-se cada vez menor conforme aumenta o número de moradores no Residencial. Na medida em que cada família possui dentro de sua casa todo um aparato de lazer, o clube deixa de ser um atrativo e com ele desvaloriza-se a vivência da coletividade;

Neste sentido a CFT confronta-se diretamente com os valores eminentes e explícitos neste cenário, uma vez que valoriza o exercício do coletivo através do diálogo entre os envolvidos – crianças, gestores, animadores. Mesmo assim, a CFT, a cada ano, foi se consolidando como este espaço de construção coletiva, valorizando o desenvolvimento social e individual, e sem negar o descanso e o divertimento também como possibilidades do lazer.

O Alphaville Campinas Clube é um clube bastante novo – 6 anos de existência – mas desde seu surgimento, sempre prezou pela valorização do lazer em seus espaços. O tênis e a recreação foram as primeiras atividades implantadas no clube e se consolidaram como referências dele.

As dificuldades encontradas no decorrer dos quatro anos de trabalhos desenvolvidos, com as Colônias de Férias Temáticas, no clube, foram fruto dos embates entre os valores incompatíveis já sinalizados; entretanto estes foram sendo superados a cada ano. As conquistas e superações alcançadas são consequência do fato do programa CFT ter sido concebido e estruturado a partir de um contexto maior, que é a Política de Lazer do Clube.

Esta política desenvolvida no Clube permitiu que se estabelecessem diálogos com a ordem e valores estabelecidos em seus diversos setores, buscando canais potenciais para organização de uma nova ordem no lazer, capaz de questionar e refletir os valores estabelecidos, na busca de construir um novo caminho de forma coletiva.

2.1.3. A Política de Lazer

No lazer, segundo BRAMANTE (1997), “... verifica-se uma oferta de eventos totalmente desconectados entre si e em relação a uma macro-política que determine metas e objetivos de uma dada instituição” (p. 129).

Neste sentido, seria bastante complicado propor uma metodologia de trabalho – que se diz em diálogo com a realidade e comprometido com a transformação – sem vinculá-la a um espectro maior – a Política de Lazer – visando integrar a CFT ao Clube, e permitindo traçar planos de continuidade.

A concepção do programa CFT partiu da análise dos diagnósticos levantados na Política de Lazer que foi desenvolvida no Clube. Certamente por isso tenha encontrado significativa ressonância entre os associados.

A elaboração da Política de lazer no Alphaville Campinas Clube foi dirigida pela supervisão de lazer, e contou com a colaboração de outros setores: animadores (terceirizados), professores de modalidades esportivas, associados, coordenador de esportes, gerencia do clube e alguns diretores do clube.

Ela foi formulada tal qual apresenta REQUIXA (1980), pautada pela re-orientação dos agentes de ordenação urbana (espaços e equipamentos), pela necessidade de re-ordenação do tempo (critérios e diagnóstico) e pela clara percepção da importância da animação sócio-cultural.

Diferente de um calendário de eventos, a Política de Lazer integrou valores, conceitos, objetivos e paradigmas que condicionaram a execução de seus programas de ação – entre eles a CFT – e enfim do próprio gerenciamento do lazer no Clube.

A Política de Lazer é um espaço conquistado que deve considerar o duplo aspecto educativo do lazer, bem como sua abrangência e interfaces com outras áreas, verificando barreiras existentes, fixando prioridades e analisando os limites da administração existente, sem desconsiderar o lazer como instrumento de mobilização e participação cultural.

Integraram a elaboração da Política de Lazer no Alphaville Campinas Clube:

- o diagnóstico dos critérios que ordenam o tempo dos associados, que considerou: a análise das jornadas de trabalho e o tempo das obrigações, a forma de uso do tempo disponível e a dinâmica das variáveis tempo e atitude. Esta etapa foi operacionalizada através da aplicação de um questionário interesse/diagnóstico e da realização de reuniões com representantes dos associados;
- a estruturação de uma política de democratização dos espaços e equipamentos disponíveis no clube – desconhecidos e portanto sub utilizados por grande parcela dos associados – buscando: otimizar a utilização dos equipamentos específicos de lazer, facilitar aos bens culturais potenciais disponíveis no clube, diagnosticar como se traduzia o significado político do espaço do clube, através das relações que nele se estabelecem;
- a elaboração de uma política de atividades, que considerou: a necessidade de animação dos espaços, – que não são autogerenciáveis – a disponibilidade de equipamentos – específicos ou não – a diversidade de conteúdos, os níveis de participação, as relações entre prática/ consumo e atividade/ passividade e

finalmente a adoção do modelo organizacional PAIE³, discutido por BRAMANTE (1997).

- formulação de uma política de recursos humanos que deveria se ocupar da: formação continuada dos profissionais envolvidos, organização de equipes multidisciplinares, capacitação dos profissionais e valorização dos talentos.

Vale destacar que a implantação desta política se deu em etapas e de forma processual e continuada até o presente, havendo alguns de seus aspectos ainda não efetivados, como exemplo: a formação de equipes multidisciplinares que depende de diálogos entre o Clube e seus prestadores de serviço.

Toda esta organização que precedeu à organização da CFT, não teve outra pretensão, senão buscar condições que garantissem ao Clube, conforme propõe BRAMANTE, o desempenho de sua responsabilidade como um dos principais agentes socializadores do lazer, “... na busca de ampliação do seu repertório junto aos associados, nesta dimensão da vida humana tão essencial para o seu desenvolvimento” (1998, p.71).

Para BRAMANTE:

“Esse macro-planejamento revela as grandes metas de um plano de ação e exige uma articulação coerente com o micro-planejamento representado pelas inúmeras iniciativas que no seu conjunto traduzem o espírito da política de lazer. Esse conjunto articulado (macro-micro) exige uma configuração de projetos específicos que representam os eventos (ação e unidade de tempo)” (1997, p. 132).

Neste contexto, a CFT apresenta-se como um projeto específico vinculado ao macro planejamento e em diálogo com os anseios e expectativas dos associados e gerenciado a partir

³ No modelo organizacional PAIE, discutido por BRAMANTE (1997), destacam-se as atividades permanentes (P), de apoio (A), de impacto (I) e especiais (E). No que tange o presente estudo, a CFT é categorizada como uma atividade de apoio, pois dá suporte ao programa de atividades permanentes, gerando e alimentando a continuidade destes últimos.

da consideração de “três momentos que interagem entre si, mas que possuem características próprias” (BRAMANTE, 1997, p. 128):

- o antes, que integra previsão, planificação, organização e mapeamento dos recursos;
- o durante, do qual faz parte a direção, o comando e a execução;
- o depois, que inclui os processos de controle, avaliação e registro.

A partir disso, se pode notar que a CFT apresenta certas especificidades que a diferenciam de ações semelhantes, principalmente por romper com um hábito que segundo BRAMANTE (1997) já se tornou comum no campo da recreação e do lazer, em que se dedica significativa parcela de energia e recursos para o fazer, pouca para o planejamento e quase nenhuma para os processos de avaliação.

Esta dinâmica típica da atuação no lazer, não simboliza nada mais do que “... um descompasso administrativo que interfere diretamente na otimização dos recursos existentes, repercutindo negativamente na qualidade das experiências de lazer das pessoas” (BRAMANTE, 1997, P. 128).

2.1.4. Os animadores sócio-culturais

A primeira equipe de animadores a desenvolver trabalhos de recreação no clube trazia um conceito de lazer bem diverso do anteriormente apresentado, valorizando os eventos e festas – planejados em gabinetes – e concedendo ao animador o ‘centro das atenções’, o papel de entreter e não o desenvolver uma ação pedagógica.

Este tipo de proposta, apesar de se dizer voltada para o lazer, exclui as suas possibilidades de desenvolvimento – social e individual – e valoriza o adulto enquanto

detentor de uma superioridade – fruto de sua experiência – a qual a criança deve idolatrar, e que em última instância nega o potencial da cultura lúdica infantil.

Isso é confirmado por STOPPA (1998) ao tratar da ação dos animadores sócio-culturais em acampamentos:

“A atuação destes profissionais não tem privilegiado a vivência do elemento lúdico para as crianças participantes nesses espaços de lazer, pois se percebe na ação a imposição, a interferência, o direcionamento das atividades realizadas, caracterizando-a não como mediadora entre a cultura que a criança traz consigo e o acampamento e suas possibilidades de lazer, mas como centralizadora em todas as tomadas de decisões” (p. 84).

Assim, não se estimula outra coisa, senão a reprodução e idealização deste modelo de adulto, deixando de garantir espaços para a criatividade, entendida como “... possibilidade de usar a linguagem – qualquer que seja – para produzir enunciados pessoais, específicos, novos e não como forma de repetir enunciados ouvidos ou aprendidos” (BROUGÈRE, 2002, p.31).

A partir de 1999, o trabalho de recreação no clube passou a ser desenvolvido por um grupo de alunos da Faculdade de Educação Física da UNICAMP – bacharelados em recreação e lazer – vinculados a Tempo Lúdico Empresa Júnior. Este foi o ponto de partida para que este estudo fosse possível hoje.

Com esta nova equipe, surgiu uma nova proposta – pautada pela concepção de lazer aqui apresentada – bem diferente da anterior e que, por este motivo, inicialmente encontrou uma série de resistências para sua implantação. Entretanto com o passar do tempo a seriedade e comprometimento do trabalho foram mostrando seus diferenciais, o que contribuiu com a conquista de espaços significativos no Clube.

Dentre os espaços e ações conquistadas no Clube vale destacar: o Alphaville Campinas Clube passou a ser o primeiro clube da cidade de Campinas com um programa de recreação permanente aos finais de semana; em 2000 o Clube abriu espaço para contratação do supervisor de lazer – integrante do grupo de animadores vinculado a Empresa Júnior – é o

trabalho da equipe de animadores ganha exclusividade de serviços; a elaboração da política de lazer, criando canais de debate entre os diferentes setores do Clube e o associado; a concretização e realização do projeto CFT; a estruturação da brinquedoteca, entre outros.

A Supervisão de Lazer, certamente foi a conquista mais significativa, pois foi a partir dela que o trabalho da equipe de animadores se consolidou, através da implantação da política de lazer e da ampliação do diálogo com os associados. E então ficou muito mais fácil viabilizar projetos como a CFT.

A primeira formação do grupo de animadores era apenas de bacharelados em recreação e lazer. Entretanto, nas organizações seguintes, buscou-se integrar alunos das áreas do treinamento esportivo e da licenciatura, visando enriquecer o trabalho. É certo que as novas formações ampliaram e enriqueceram o trabalho, mas em termos conceituais, de valores e filosofia o grupo sempre esteve aquém da sua primeira formação, o que exigiu um resgate de estudos de base para que o desenvolvimento do trabalho fosse realizado a partir de um mesmo referencial teórico.

A característica marcante do grupo de animadores sócio-culturais que prestaram serviço no clube, sempre foi seu caráter formativo. Suas equipes foram compostas por no mínimo quatro e no máximo sete integrantes fixos que eram substituídos ou modificados a partir de alguns fatores, como: o aumento da demanda de serviços, ou o desligamento de um integrante do grupo.

Ao optar por um grupo fixo – de pouca rotatividade de profissionais num curto período de tempo – se desejava ampliar o vínculo com estes profissionais, dando mais espaço e condições para que eles vivenciassem o dia-a-dia do clube, além de garantir tempo hábil para capacitação e formação continuada destes alunos-profissionais a partir da concepção de lazer já discutida.

A valorização deste processo de formação e capacitação continuada só foi possível graças ao vínculo com a Empresa Júnior, que condiciona a participação em projetos, ao

desenvolvimento de pesquisas, grupo de estudo ou registro relacionados à área de atuação, como forma de deixar contribuições às futuras gerações de alunos.

A opção feita pelos animadores foi a organização como grupo de estudos, tendo suas reuniões realizadas todas as semanas com duração de duas horas. Seu principal objetivo seria aprofundar os estudos relacionados ao trabalho que desenvolviam, e compartilhar os acontecimentos do dia-a-dia no Clube, bem como elaborar novos projetos.

Um dos novos projetos foi a CFT, uma marca registrada no Alphaville Campinas Clube, fruto de parcerias entre o Clube, – principalmente na figura do supervisor de lazer – o grupo de animadores e os associados.

Considerando todos os apontamentos feitos até aqui é chegado o momento de discorrer sobre a proposta metodológica da colônia de férias temática (CFT).

2.2. COLÔNIA DE FÉRIAS TEMÁTICA: UMA METODOLOGIA DE AÇÃO

A CFT, estruturada como uma alternativa metodológica de ação, no Alphaville Campinas Clube, sempre contou, em sua elaboração, com a colaboração e participação de todos os profissionais relacionados ao lazer, no Clube (supervisor de lazer, animadores sócio-culturais), bem como sempre se preocupou em considerar o diálogo com outros setores do clube e, fundamentalmente, com os maiores interessados, os associados.

As temporadas da CFT sempre foram projetadas para atender um número máximo de 100 crianças, organizadas em dois grupos etários distintos: o grupo de 3 a 6 anos, denominado KIDS, desenvolvendo atividades com duração de meio período (das 13h às 18h) e o grupo de 7 a 13 anos, denominado ALPHÉRIAS, e que desenvolvia suas atividades em período integral (das 9h às 18h). No primeiro caso inclui-se na programação um lanche, e no segundo, café da manhã, almoço e lanche da tarde.

Outro fator relevante na CFT é a determinação da relação número de crianças por animador, amplamente debatida no grupo de animadores, no sentido de garantir um melhor trabalho. Neste sentido, se considera ideal no trabalho de CFT, respeitar as seguintes proporções: seis a oito crianças por animador, na faixa etária de 3 a 6 anos, e dez a quinze crianças por animador, na faixa etária de 7 a 13 anos. Além disso, é fundamental a existência de um animador volante, que esteja disponível para dar suporte as solicitações emergenciais dos dois grupos.

Considerando esses aspectos, a CFT foi estruturada no Alphaville Campinas Clube a partir de uma metodologia de ação que se divide nas seguintes etapas: *concepção, planejamento, execução ou realização, avaliação e registro*. Cada uma delas foi fundamental para que a CFT se tornasse uma referência no Clube, encontrando ressonância nas necessidades e expectativas das crianças, contribuindo com as atividades permanentes desenvolvidas e ainda contando, a cada temporada, com um número maior de associados. A seguir, cada uma destas etapas será melhor especificada.

2.2.1. CONCEPÇÃO: fecundar desejos com temas férteis

A concepção das CFTs, pode aqui ser comparada a um feto, pois é fruto da fecundação das expectativas e desejos – dos associados – por uma fértil possibilidade temática – parte do contexto anteriormente analisado – gerando novas formas e oportunidades que devem ser (re)conhecidas pelos participantes, visando ampliar suas possíveis escolhas no tempo disponível.

Nesta etapa de concepção se deve buscar ampliar e amplificar os canais de comunicação com o público alvo – no caso as crianças – através dos programas permanentes, caixas de sugestões e/ou questionários de interesse e diagnóstico. Desta amplificação emergem infinitas sugestões para as programações de CFT. Ao mesmo tempo se deve também, dialogar com o que é oferecido pela indústria cultural e com os valores da instituição

que promove a CFT, para que a proposta não se insira de maneira abstrata num contexto que não lhe comporta.

A partir destas ações, cabe aos profissionais envolvidos (supervisor de lazer e animadores) realizarem, individualmente um levantamento de possíveis temas relacionados aos interesses diagnosticados. Posteriormente, estes são apresentados e discutidos pelo grupo de animadores definindo-se então qual seria o mais adequado.

Determinado o tema, o grupo de animadores se organiza em pequenos grupos ou duplas, para realizar uma pesquisa aprofundada com a temática escolhida, buscando agregar outros valores a ela, bem como levantar temas co-relatos e suas possíveis inserções no cotidiano da criança. Da mesma forma, o produto final desta pesquisa é levado para análise coletiva dos animadores, para que seja delimitado o conceito que norteará o desenvolvimento da CFT.

Em determinada oportunidade, por exemplo, foi diagnosticada a grande circulação de livros do “Harry Potter” entre as crianças, que relatavam preguiça e falta de paciência para efetuar a leitura, mas tinham motivação para assistir ao filme do mesmo personagem. A partir destes dados, na organização da CFT, foi sugerido o tema literatura infanto-juvenil - dentre outros – que devido ao contexto observado foi escolhido pelos animadores, e após a realização das pesquisas de aprofundamento sobre o tema, delimitou-se o seguinte conceito para a temporada da CFT:

“Buscar facilitar o acesso aos bens culturais, em especial os relacionados aos conteúdos intelectuais, partindo da literatura infanto-juvenil para oportunizar o incentivo à leitura e a vivência do universo fantástico da literatura explorada pelos componentes lúdicos do lazer” (Relatório Final Alphérias – julho 2002).

Foram então escolhidas as obras que fariam parte da programação da CFT, dentre elas o livro ‘Harry Potter e a câmara secreta’ que motivou a escolha da temática.

Os resultados foram muito positivos e maior foi a surpresa quando, duas temporadas mais tarde, os animadores foram surpreendidos com o agradecimento de uma mãe que estava surpresa com a motivação que a filha adquirira para leitura, completando toda a leitura da coleção de livros da 'série vaga-lume'⁴ em apenas um ano.

Na medida que se dialoga com o público alvo da CFT – levando em consideração seus desejos, necessidades e expectativas – fecundam-se os anseios com idéias férteis – que passam longe de atender apenas aos interesses dos técnicos em seus gabinetes – gerando frutos saborosos e enriquecidos que alimentam a continuidade dos programas permanentes e sensibilizam os participantes para o desenvolvimento de um processo de educação *para e pelo* lazer. Entretanto, esta é apenas a primeira fase de uma ação bem mais complexa.

2.2.2. PLANEJAMENTO: operacionalizar a concepção

A partir da delimitação do conceito que vai nortear a programação da CFT, organiza-se uma nova etapa, que é a elaboração de um planejamento capaz de operacionalizar as determinantes da concepção.

O gestor, na figura do supervisor de lazer do Clube, continua atuando de forma coletiva com os animadores; entretanto, neste momento há uma divisão mais nítida de tarefas a serem desempenhadas. Neste sentido o gestor responsabiliza-se pelas interfaces da CFT com os diferentes setores do clube, e fora dele, e os animadores pela efetiva elaboração do programa de atividades.

Cabe, nesta etapa, especificamente ao gestor: a sugestão de elementos para integrar o programa de atividades, a supervisão do processo de elaboração das atividades e principalmente a elaboração de um projeto que possa ser apresentado à instituição que promove a CFT.

⁴ A série vaga-lume é uma coleção de 36 livros da editora Ática, voltada ao público infanto-juvenil.

Este projeto, além de ser uma maneira organizada de justificar à instituição a realização da CFT – seus objetivos, princípios e valores – serve também de referência para elaboração do programa de atividades, para que os animadores não percam de vista os conceitos e princípios inicialmente determinados.

Fazem parte do projeto⁵ os seguintes itens:

- 1) *caracterização do projeto* – aqui devem ser apresentadas as informações relativas a dias e horários de realização, quadro de técnicos envolvidos, responsável pela coordenação do projeto, equipe de monitores ‘apoio’ e principalmente o conceito delimitado para a CFT em questão;
- 2) *apresentação e organização* – neste item o conceito é melhor explicado a partir de sua fundamentação com a teoria do lazer adotada, buscando explicitar as contribuições que o programa pode oferecer aos associados e ao clube. É o momento também para realizar uma breve descrição de como será realizado o planejamento das atividades;
- 3) *objetivos* – são determinados basicamente por dois elementos, a concepção de lazer adotada no clube e pelo grupo de animadores (objetivos gerais) e o conceito delimitado na fase de concepção da CFT (objetivos específicos);
- 4) *expectativa de público* – trata-se da definição e quantificação do público da CFT, devendo considerar o tipo de público atendido – crianças, jovens, adultos – bem como, prever um número mínimo e outro máximo para facilitar a elaboração das projeções orçamentárias;
- 5) *recursos necessários* – aqui todos os recursos necessários (materiais, financeiros, humanos, físicos e programáticos) para a realização da CFT devem ser

⁵ O modelo de projeto pode ser consultado nos Anexos, disponível no final deste trabalho.

especificados. Este item depende da finalização do trabalho de elaboração da programação realizada pelos animadores.

- 6) *avaliação* – devem ser apresentados os instrumentos que serão utilizados para avaliar o projeto. No caso da CFT desenvolvida no Clube, foram utilizados: reuniões diárias com os animadores, relatórios individuais dos animadores, questionários aplicados aos pais e crianças, relatório do supervisor de lazer e número de participantes – este último facilita a quantificação e as comparações em relação às outras CFTs.
- 7) *cronograma* – deve conter de forma detalhada as etapas da CFT, todas as ações e metas necessárias para sua concretização e seus respectivos prazos de realização;
- 8) *planilha de previsão/ projeção orçamentária* – a partir dos recursos necessários elencados anteriormente, deve ser apresentada uma planilha detalhando os custos relacionados a CFT, para que, levando-se em conta o número mínimo de participantes, seja determinado o custo/criança, e então fixado o preço final da participação no programa. Sugere-se que este valor final seja submetido a comparações com serviços similares, oferecidos no mercado, evitando e/ou justificando qualquer possível discrepância, o que poderia acarretar uma evasão no número de participantes.

Concomitantemente à ação do gestor, cabe aos animadores sócio-culturais a elaboração do rol de atividades que irão compor o programa de CFT. Apesar de estar menos envolvido nesta tarefa, o gestor tem papel fundamental, contribuindo com sugestões e reflexões, retomando os conceitos e supervisionando o trabalho.

Conforme já citado, a elaboração das atividades é feita a partir do conceito delimitado para CFT, bem como dos valores e da concepção de lazer adotados pelo grupo e pelo Clube, prezando pela autonomia dos participantes, vivenciada na exploração diversificada dos conteúdos, e na busca da passagem de níveis de participação mais simples para mais

complexos, bem como oportunizando condições de descanso, divertimento e desenvolvimento (pessoal e social).

As atividades da CFT são desenvolvidas respeitando a seguinte dinâmica:

- a partir da realização das pesquisas aprofundadas sobre o tema e de seu repertório individual, o animador elenca um rol de atividades que acredita ser possíveis de realizar;
- realiza-se então uma reunião denominada ‘chuva de idéias’, em que são expostas as propostas individuais sem submetê-las a qualquer tipo de censura; é também o momento de criar outras atividades a partir das idéias sugeridas;
- são selecionadas de maneira coletiva, as atividades que farão parte da programação – deixando as demais como atividades reserva – considerando os conceitos e valores já determinados;
- as atividades são distribuídas dentro da ‘rotina’⁶, podendo sofrer modificações;
- elabora-se então uma planilha detalhada desta programação, da qual fazem parte: nome da atividade, espaço aonde será realizada, horário e duração prevista, descrição da atividade, materiais e outros recursos necessários, e providências a serem tomadas.

A organização da programação, uma vez que se trata de uma colônia de férias *temática*, deve ser feita de forma que se crie um contexto e uma ambientação. Além disso, é importante que as atividades tenham um encadeamento entre si, que permita a explicitação constante do tema. Visando facilitar esta estruturação, sem perder de vista a necessidade de

⁶ A rotina é um instrumento operacional utilizado para organizar as atividades da CFT durante os dias de realização. Modelo consta dos anexos, ao final deste trabalho.

explorar a diversidade de conteúdos, deve ser elaborada pelos profissionais envolvidos, o que se denomina 'rotina'.

É importante destacar que este nome não é o mais adequado, pois acaba se remetendo a uma relação com o tempo que é típica do universo do trabalho. Esta 'rotina' é apenas um instrumento operacional utilizado para melhor visualizar e dispor as propostas de atividades feitas pelos animadores no planejamento. Quando a programação está pronta e iniciam-se as atividades esta ordem não aparece, pois as atividades se tornam flexíveis e modificáveis conforme a construção da CFT no dia-a-dia com as crianças.

No grupo de crianças de 3 a 6 anos a 'rotina' se organiza com os seguintes itens: quebra-gelo, atividade um, oficina, horário livre e momento educativo. Para o grupo de 7 a 13 anos, a rotina é composta por: quebra gelo, atividade um, atividade dois, oficina, horário livre, atividade três e roda de conversa. Vale ressaltar que conforme as decisões tomadas coletivamente na roda de conversa diária com as crianças, este esquema operacional pode ser totalmente modificado. Entretanto o que se observa é que as crianças cobram a realização das atividades conforme o proposto.

Certamente, fica difícil visualizar esta 'rotina', desconhecendo o valor associado a cada um de seus itens. Neste sentido é relevante explicitar que:

- o quebra-gelo tem um caráter fundamentalmente socializador, estimulando a descoberta de novas amizades, ou a retomada de alguma situação do dia anterior;
- as atividades um, dois e três, buscam priorizar os conteúdos físico-esportivos e/ou intelectuais;
- a oficina, visa estimular a vivência dos conteúdos artísticos e/ou manuais;
- o momento educativo se configura como um espaço explícito de educação para e pelo lazer, pois através de jogos e brincadeiras suscitam-se reflexões sobre o tempo

disponível de cada criança, bem como de suas escolhas de lazer, sempre valorizando as possíveis inserções no cotidiano;

- a roda de conversa é um momento de avaliação, em que se torna possível a reorganização das atividades do dia seguinte, e também é um espaço para debate de assuntos propostos (pelos animadores ou pelas crianças), relacionados ao tema, deixando reflexões que podem ser levadas para o dia-a-dia;
- o horário livre é o tempo-espaço em que a criança é chamada a gerenciar sua própria atividade (ou não atividade), podendo definir, o que, com quem e como fazer. Certamente, não se trata da melhor nomenclatura, visto que se trata de um tempo-espaço cerceado e delimitado pela programação, mas para efeito de organização ela basta;
- as refeições também fazem parte desta rotina;

Com relação aos conteúdos sociais, pode ser observado que eles permeiam todas as atividades, mas se tornam mais explícitos no dia em que é realizado o jantar temático.

Os conteúdos turísticos, por sua vez, são inseridos conforme o tema e sua viabilidade, havendo uma grande resistência em relação a sua efetivação, em virtude do custo que estas possibilidades normalmente geram.

Terminada a elaboração desta programação é o momento do gestor de lazer prover os aspectos mais burocráticos da CFT, dentre eles:

- realizar a divulgação e comunicação da CFT, através de diferentes canais (folhetos, cartazes, banners, revista, radio, e-mail...);
- orientar os setores do Clube responsáveis pelo atendimento aos associados sobre procedimentos de inscrição e informações;

- elaboração de termo de responsabilidade, ficha de saúde, de alimentação e check list;
- verificação das condições e disponibilidade dos espaços que serão utilizados;
- compor um quadro geral de providências levando em conta o antes, o durante e o depois da CFT, elencando e encaminhando as solicitações referentes a outros setores do Clube que serão mobilizados (limpeza, manutenção, segurança, salvavidas, secretaria);
- divisão da equipe de animadores nas semanas de programação e definição do responsável de programação⁷, conforme disponibilidade dos mesmos;
- elaboração da lista de materiais que necessitam ser comprados, bem como providenciar sua compra;
- contratar prestadores de serviço – profissionais especialistas, equipe de refeições, equipe de monitores de apoio, fotógrafo e equipe de filmagem – conforme haja necessidade;
- providenciar rádios comunicadores para facilitar o contato entre os grupos e o gestor.

As etapas de concepção e planejamento da CFT são desenvolvidas num período de dois meses, nas reuniões semanais do grupo de estudos dos animadores sócio-culturais do Clube, que têm duração de duas horas.

⁷ O responsável de programação é o animador, que será o canal principal de comunicação e informações durante a temporada, com o supervisor de lazer. À cada temporada esta função é desempenhada por um animador diferente.

2.2.3. EXECUTAR: concretizar o planejamento

A execução é mais uma das etapas que devem ser realizadas para estruturação da proposta metodológica da CFT. É importante não considerá-la a única parte importante, evitando assim, que se constitua num “tarefismo” sem precedentes.

Este é considerado o momento de concretizar o planejamento, e neste sentido, o animador sócio-cultural passa a desempenhar efetivamente o seu papel de mediador entre a herança cultural e o repertório trazido pela criança, visto que passa a estar em contato direto com o público.

O gestor, por sua vez, passa a desempenhar uma ação de bastidores – não menos importante para o funcionamento da CFT – sanando problemas, encaminhando necessidades de última hora, gerenciando angústias e solicitações dos pais, supervisionando o trabalho dos animadores e servindo de apoio quando necessário.

Precede ao início das atividades, a realização de uma reunião com toda equipe que estará envolvida, diretamente com o público, na programação (animadores e equipe de monitores de apoio). Este encontro visa alcançar os seguintes objetivos:

- 1) integrar a equipe de monitores de apoio ao grupo de animadores, definindo papéis e responsabilidades respectivas;
- 2) apresentar a programação à equipe de monitores de apoio, esclarecendo as possíveis dúvidas que venham a surgir;
- 3) orientar sobre a necessidade de organização da sala de materiais, bem como sobre o desperdício dos mesmos;
- 4) definir procedimentos para solucionar problemas, por exemplo, no caso de um acidente;

- 5) esclarecer e reforçar o que se espera de cada um dos envolvidos a partir da concepção de lazer que fundamenta o trabalho;
- 6) orientar sobre as reuniões diárias, horário de trabalho e remuneração, bem como fornecer uniformes;
- 7) destacar que a realização de um bom trabalho depende de ações, pautadas pelo bom senso e pela responsabilidade, organizadas e comprometidas em dar 'anima' a CFT, e que, acima de tudo, dialoguem entre si.

Está então tudo pronto para ter início mais uma CFT. Vale reforçar que as atividades são selecionadas e dispostas de forma a criar uma teia de informações, que dialogam entre si e com o tema, servindo de orientação para a ação do animador sócio-cultural, mas sem limitar sua autonomia de modificá-las, quando perceber necessidade.

As primeiras atividades realizadas são as dinâmicas e jogos de apresentação dos participantes e animadores, visando estimular sua integração e socialização de maneira lúdica. Finalmente, é feita uma breve explanação sobre o tema e ocorrem, então, as atividades conforme planejado.

O momento considerado mais importante na execução da CFT é a discussão e construção das regras – de maneira coletiva com as crianças – que vão vigorar na temporada, visando a melhor convivência da comunidade, que acaba de se formar.

É fundamental a realização desta proposta coletiva de delimitação das regras de convivência na CFT, para garantir o efetivo êxito da programação, uma vez que se trata da especificação dos caminhos que serão utilizados, para solucionar possíveis situações adversas, que possam surgir no decorrer da temporada.

No que tange à participação das crianças, nas atividades da CFT, ela não é imposta em qualquer uma delas, caso não haja desejo. Entretanto, considerando o aspecto segurança –

exigido e observado pelos pais e desejado por toda equipe – e o fato da criança não ser educada para gerenciar seu próprio lazer, ela é orientada a permanecer próxima ao grupo. Deseja-se acreditar que, deflagrando um processo de educação para e pelo lazer, preocupado com a mudança nos níveis de participação, seja possível garantir a segurança da criança e o oferecimento de outras atividades como leitura, pintura, desenho, sem ser imprescindível a presença de um animador.

Na CFT do Alphaville Campinas Clube, o que se propõe é que a criança desenvolva tais atividades, próximo ao grupo ou que, caso não tenha interesse em nenhuma delas, possa optar por apenas “não fazer nada”. Estas questões relativas à segurança e livre adesão da criança serão devidamente discutidas nas considerações finais deste trabalho.

Na proposta da CFT, apesar de haver uma separação de grupos etários, - Kids e Alphérias – a divisão das crianças nos grupos correspondentes não é feita segundo critérios “desenvolvimentistas” – considerando outros sub-grupos etários – objetivando valorizar a convivência das crianças mais novas e mais velhas. Entretanto compreendendo a importância da criança participar de vivências específicas à sua faixa etária, são propostas, na programação, diferentes maneiras de organização do grupo. Isso facilita o diálogo entre iguais – crianças de uma mesma idade – valorizando não só a formação de uma identidade de grupo, mas também de uma identidade etária.

Faz parte da programação da CFT, realizada no Clube, o *pernoite*, considerado pelas crianças o auge da temporada. Certamente trata-se de um momento bastante significativo em que as crianças vivenciam uma experiência que mistura *medo e expectativa*. Isso se deve ao fato de estarem longe dos pais e frente à uma oportunidade de dormirem fora de casa com os amigos. Consolida-se, nesse dia, uma identidade de grupo bastante forte, em que predomina o lema “um por todos e todos por um”, e a diversão é garantida.

Podem ser destacadas no pernoite, três atividades que para as crianças não podem faltar: o *jantar temático*, que explora os conteúdos sociais do lazer; o *bailão*, atividade sugerida pelas crianças e incorporada na programação da CFT, em que são explorados o

‘bailinho’ e outras brincadeiras com música, conforme decisão do grupo; o *caça noturno*, vinculado ao tema proposto, esta atividade é precedida por uma “estória”, que coloca as crianças num clima de suspense.

A “estória” é criada pelos animadores, a partir do tema, considerando personagens do dia-a-dia do Clube. Tal proximidade com a realidade coloca as crianças frente à necessidade de superarem seus medos, para conseguirem resolver os enigmas propostos no caça ao tesouro. Neste sentido, as equipes devem se organizar e reunir esforços e qualidades individuais, de maneira coletiva, para que sejam capazes de se encorajarem a enfrentar o desafio que é apresentado.

O pernoite reúne uma série de possibilidades que levam as crianças a construírem momentos de convivência e experiências lúdicas ímpares. Neste sentido, vale destacar: a “bagunça” no alojamento, com direito a ‘guerra de travesseiros’; o momento em que se reúnem em grupos para contar piadas, “estórias” de terror, ou apenas para cantar músicas; o amigo secreto, de última hora.

Na execução da CFT, o animador sócio-cultural tem um papel crucial, não como detentor de um saber cultural, mas como dinamizador dos diálogos, entre o que cada criança traz e as possibilidades da programação, dando ‘anima’ a este contexto. Não se pode negar que nesta etapa do programa há um desgaste muito grande do animador, devido a seu contato direto com o público e a exigência de estar constantemente atento, para articular todas as esferas e agentes-atores da CFT.

Constrói-se assim, uma dinâmica que vivifica o tema, permitindo que cada criança escolha seu papel, dê suas contribuições, vivencie diferentes experiências lúdicas, sempre em diálogo com os profissionais envolvidos, pautados por uma convivência harmônica, norteadas pelas regras coletivamente determinadas.

Ao final da CFT são aplicados questionários de avaliação – constam dos anexos deste trabalho – aos pais e crianças. E então, é o momento de iniciar uma nova etapa da proposta metodológica de ação da CFT.

2.2.4. AVALIAR: dar valia e computar a execução

Esta fase da CFT é de extrema importância, por dois motivos: primeiro para verificar se os objetivos (gerais e específicos), propostos inicialmente, foram alcançados; segundo, pois é a partir desta avaliação que serão tiradas as referências para elaboração da CFT seguinte.

Conforme anteriormente apresentado, são utilizados no programa CFT os seguintes instrumentos de avaliação:

- 1) *reuniões diárias com os animadores* – pretende aproveitar a ocorrência recente dos fatos e fazer um levantamento dos pontos positivos e negativos do dia; serve também para realizar mudanças que se façam necessárias na programação;
- 2) *relatório dos animadores e monitores de apoio* – é feito individualmente e entregue até duas semanas após o término da temporada. Não segue a um padrão pré-estabelecido, mas sugere-se que sejam considerados os pontos positivos e negativos, facilidades e dificuldades encontradas no desenvolvimento de todo processo, avaliação de todos os envolvidos e auto-avaliação;
- 3) *questionários aplicados aos pais e crianças* – através destes criam-se canais de comunicação direta com os maiores interessados pela CFT; é deste instrumento que surgem as críticas, sugestões e reclamações que serão analisadas e assimiladas na temporada seguinte;
- 4) *número e categoria de participantes* – estes dados servem para criação de referências quantitativas (número de participantes) e qualitativas (se são sócios, ou

não sócios) para as CFTs posteriormente realizadas. Além disso, podem diagnosticar recorrência de fatos, como por exemplo, durante os quatro anos, com os dados acumulados foi possível comprovar que a temporada de julho, conta sempre com um número maior de participantes, do que a temporada de janeiro;

- 5) *relatório do supervisor de lazer (gestor)* – este sim, deve respeitar um roteiro, considerando a avaliação dos seguintes itens: recursos (físicos, materiais, humanos, financeiros, programáticos), concepção e planejamento, comunicação e divulgação do programa, relacionamento dos envolvidos (clube, prestadores de serviço, animadores, gestor), serviços prestados por terceiros, atendimento ao associado, preço, pontos fortes e fracos, facilidades e dificuldades observadas.

Todos estes instrumentos são fundamentais para ampliar a abrangência da avaliação da CFT, enriquecendo o processo de elaboração das programações seguintes. Entretanto para que toda esta multiplicidade de dados não se perca no tempo, ou deixe de ter finalidade, é necessária a organização da última etapa da metodologia de ação da CFT, o registro.

2.2.5. REGISTRAR: calcar as marcas deixadas na história

O registro do processo e dos produtos da CFT sempre foi preocupação da supervisão de lazer do Clube, no sentido de construir e aperfeiçoar o trabalho que era desenvolvido.

Este é o momento em que se organizam todas as informações relativas ao processo de construção da CFT, e se tabulam os dados referentes as avaliações. É uma fase que permite democratizar o acesso a proposta da CFT a qualquer interessado, podendo colaborar muito para a continuidade do planejamento do lazer de determinada instituição, mesmo no caso de haver a mudança de gestor.

Na educação física e em especial na área do lazer esta etapa é praticamente desprezada, o que justifica muitas vezes a descontinuidade de projetos, de ações positivas e relevantes para determinada comunidade.

No Alphaville Campinas Clube, este registro é elaborado na forma de relatório, do qual fazem parte: o projeto da CFT, gráfico-fluxograma descritivo do número e faixa etária dos participantes, relatório do gestor na íntegra, dados tabulados dos questionários aplicados com os pais e crianças, dados tabulados dos relatórios dos animadores e monitores de apoio, apontamentos levantados nas reuniões diárias, planilha financeira detalhada, desenhos e outros elementos deixados pelas crianças, fotos e/ou filmagens e sugestões para um plano de continuidade de curto-médio prazo.

A organização destas informações constrói um documento vivo, apresentando desde aspectos administrativos até dados da percepção da própria criança em relação a CFT, o que em última análise gera um ‘produto’ que servirá para consulta, reflexão, pesquisa e também para elaboração das CFTs seguintes.

Por ser uma etapa que requer grande detalhamento, o registro se torna bastante cansativo em seu desenvolvimento. Entretanto ele é imprescindível num processo como a CFT – e em outras comprometidas com a transformação e a continuidade – pois permite através do acesso e análise às informações registradas, a planificação de ações estratégicas futuras ainda mais coerentes com a realidade do público atendido.

Em suma, o registro permite que se potencializem as possibilidades da metodologia de ação da CFT, ao mesmo tempo em que leva à busca de novos caminhos e alternativas para as dificuldades encontradas no decorrer do processo. Seu objetivo é o aprimoramento do diálogo com o público e com a instituição promotora, sem deixar de lado o referencial teórico que sustenta a ação dos profissionais do lazer envolvidos.

Toda a metodologia de ação aqui apresentada é desenvolvida num período de três meses, nas reuniões do grupo de animadores do Clube – com duas horas de duração – sendo:

três semanas de concepção, seis semanas de planejamento, duas semanas de execução e duas semanas para avaliação e registro. Podem existir outras infinitas maneiras de distribuir as etapas no tempo; tudo depende da disponibilidade e necessidades do grupo que a realizará.

2.3. A CONTINUIDADE DA CFT

Mais do que apresentar uma metodologia de ação para o trabalho com colônia de férias, este estudo pretende ampliar discussões e gerar inquietações aos profissionais do lazer (gestores e animadores).

A percepção de que todo e qualquer ato gera ações e reações, deixando marcas calcadas e construindo uma história particular, pode ser suficiente para inquietar o profissional do lazer, ciente de seu papel de agente mediador entre os bens culturais e a criança (público de uma forma geral). Assim, as histórias vão sendo construídas, no tabuleiro do grande jogo da vida – e também no lazer – deixando seus lastros, qual o bolo das avós que perfumam a casa toda, sinalizando que algo bom está sendo feito.

A espera pelo bom depende do reconhecimento do que é bom e do que não é bom para cada um, bem como de ações que são fruto de escolhas do caminho que se deseja seguir.

Assim, ao final da degustação de cada bolo – seja ele saboroso ou não – os indivíduos particularizam um saber que fica registrado e permite a continuidade das histórias na busca incessante pelo pedaço de bolo mais saboroso (felicidade, sucesso, prazer).

É esta continuidade que vai significando e particularizando o humano, e porque não dizer a própria CFT, fazendo com que toda sua programação seja parte de um presente co-dependente de um passado registrado e gerador de um possível futuro. Desenrola-se assim, uma espiral que faz dialogar tempo, espaço e atitude no lazer, oportunizando a vivência do componente lúdico enquanto produto e processo, historicamente situados, e fruto da rede de ações construídas pelos agentes-personagens da CFT.

Desta forma a CFT perde seu caráter isolado e imediato para dialogar com o contínuo que a tangencia, enriquecendo as programações permanentes e gerando novas possibilidades de ação no planejamento do lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma metodologia de ação fundamentada por um referencial teórico, que justifique e dê valor à prática, e tendo como pressuposto que esta, por sua vez alimente e transforme esta teoria, num diálogo constante, foi o que motivou este estudo, que pretende, contribuir, no seu âmbito, para romper a falsa dicotomia teoria-prática.

As observações e apontamentos até aqui apresentados, pretendem ampliar as discussões a respeito do tema colônia de férias, haja visto a sua difusão por um grande número de instituições ser inversamente proporcional às publicações sobre o assunto, que são praticamente inexistentes.

É importante ressaltar que este estudo traz reflexões que partem de uma determinada leitura da realidade, sendo possível existirem diversas outras formas de se discutir o tema que podem, enfim, questionar ou complementar o que é aqui proposto.

Ao ser apresentado como um relato de experiência, a metodologia de ação da CFT se significa e particulariza, delimitando bem o espectro de abrangência deste estudo.

Os questionamentos colocados inicialmente foram sendo respondidos no decorrer do trabalho. Assim, seria redundante a retomada de tais discussões. Dessa forma, nessas considerações finais, será dada especial atenção apenas ao questionamento-proposta a seguir detalhado:

- quais conceitos, princípios e instrumentos poderiam contribuir para estruturação de um programa de colônia de férias, comprometido com a transformação, facilitador do acesso a diversidade cultural, estimulador de vivências (prática, conhecimento e assistência) e preocupado com a autonomia, a participação criativa e uma intervenção crítica de seus participantes?

No que diz respeito aos seus participantes, a CFT deve ser uma das possibilidades a ser escolhida pela criança (ou pelo público, de forma geral). Esta deve considerar também, sua organização, caracterização e a construção coletiva das regras, como elementos que a

consolidam como uma proposta de lazer que tende a ser mais orientada e coletiva do que outras (por exemplo: ir a um parque de diversões).

Ainda em relação a diversificação das opções de lazer, se destacam dois momentos distintos: o primeiro, em que o indivíduo opta por participar, ou não, do programa CFT; e o segundo, já estando no programa, em que a criança pode optar por participar, ou não, da atividade que é proposta.

O programa da CFT é desenvolvido levando-se em conta o horário programado – que é flexível e discutido com as crianças – e o horário livre. Para STOPPA, “... esta forma de atuação demonstra que com a realização de apenas uma atividade de lazer nos horários programados a opção, talvez a principal característica do lazer, não se efetive” (1998, p. 56).

Esta talvez tenha sido o maior dilema encontrado na estruturação da CFT, e merece justificativa, na medida que se tem buscado reunir esforços para superá-lo.

A primeira dificuldade relacionada ao oferecimento de várias atividades num mesmo horário – ampliando as possibilidades de escolha dos participantes – está ligada à dificuldade que o público (em especial a criança) tem para lidar com esta liberdade de escolha. Isso é fruto da ausência de uma educação para a autonomia e da centralização do saber cultural em determinados ícones sociais (professor, o adulto, o animador, entre outros), o que acaba gerando duas possíveis respostas, que puderam ser observadas na CFT: a cobrança da orientação feita aos animadores e a ansiedade – relacionada à oportunidade que se abre com a liberdade de escolha – que somada à opressão vivida nas outras esferas da vida, levam ao resgate de ações inadequadas à convivência coletiva (há uma transferência das relações e comportamentos vividos fora da CFT, para dentro dela).

Desta forma, seria mais adequado deflagrar, inicialmente, um processo mais voltado à educação pelo lazer, preocupado em ampliar e diversificar os repertórios individuais até que os participantes aprendessem a lidar de forma mais crítica e criativa com seu tempo disponível e suas escolhas no lazer. Com o passar do tempo, conforme observado durante os quatro anos

de CFT, esta educação pelo lazer amplia suas discussões com outro processo também necessário, o de educar para o lazer, estimulando a autonomia e a ação/opção mais criativa e responsável dos participantes.

MARCELLINO confirma estes apontamentos ao considerar que “a passagem de níveis elementares para superiores teria condições de se concretizar mais rapidamente, através da ação educativa para o lazer, somada a sua vivência” (2000, p.51) – educação pelo lazer.

Não se pode negar que esta dinâmica propõe uma ruptura com a realidade – que valoriza a automatização das escolhas, limitada por um universo de produtos culturais provenientes dos grupos dominantes – e ao mesmo tempo, propõe que o espaço-tempo da CFT dialogue com as manifestações desta realidade que nela emergem (transferidas ou transformadas).

Outro elemento que dificulta o oferecimento de mais de uma atividade por horário, é a disponibilidade de animadores, que neste caso deveria ser maior e, portanto, acarretaria um custo maior para CFT, que em última análise, incompatibilizaria a concorrência com programações similares oferecidas no mercado.

Finalmente o último fator que deve ser analisado é a segurança, ponto crucial na relação que se constrói com os pais. Neste sentido, pôde ser observado que, quando não existe uma consciência crítica e criativa dos participantes em relação as escolhas no lazer, mas apenas uma fuga das opressões impostas por outras esferas da vida, não se observa qualquer senso de responsabilidade em relação às escolhas feitas, mas apenas o consumo alienado. Este fato amplia significativamente as possibilidades de ações que desconsideram a segurança e integridade coletiva e da própria criança.

Estas considerações demonstram que este ainda é, na CFT, um ponto que exige reflexões, na tentativa de buscar alternativas mais coerentes com o referencial teórico a que a CFT se propõe.

No decorrer do processo de implantação da CFT, algumas alternativas foram propostas, com o intuito de minimizar essa contradição. Neste sentido, sempre se prezou para que em nenhum momento a criança fosse obrigada a participar de atividades que não desejasse, e fazendo esta opção, pela não participação, eram apresentadas outras possibilidades, tais como: colaborar de alguma forma com os animadores, realizar atividades de leitura, desenho e pintura, ou permanecer sem “fazer nada”. Tudo era discutido e submetido ao grupo na discussão das regras.

O participante da CFT deve, acima de tudo, ser considerado como sujeito produto e produtor de cultura e, portanto, agente na construção da programação, em diálogo com os demais personagens integrantes deste cenário (gestor, animador, clube).

No que tange a definição do tema e a elaboração da CFT é relevante reafirmar, em concordância com STOPPA (1998), que o programa deve ser discutido e criado por todos os profissionais envolvidos, levando em consideração as aspirações dos participantes e trabalhando com a possibilidade de livre adesão e principalmente com a possibilidade da “não atividade”.

Esta forma-planejamento promove outros valores, descentralizando o saber cultural do adulto e contribuindo com o duplo aspecto educativo do lazer, que em última análise visa o desenvolvimento pessoal e social, o divertimento e o descanso em busca da autonomia.

Analisada como uma possibilidade metodológica de ação, a CFT deve considerar os seguintes apontamentos:

- *em relação ao conteúdo* – deve buscar ampliar e formar um repertório, vivenciado nos três gêneros (prática, assistência e conhecimento), além de explorar os conteúdos culturais de maneira diversificada, levando em conta as possibilidades de atividade e não atividade;

- *em relação a forma* – deve conhecer e respeitar as características do público, criando canais de diálogo (diretos e indiretos) que contribuam com a elaboração de propostas que ressoem nas expectativas deste público e fundamentem a ação dos profissionais envolvidos;
- *em relação a abrangência* – deve estimular a participação de todos os profissionais envolvidos no planejamento, bem como da criança na construção de regras e flexibilização da programação e a busca das interfaces com outros setores correlatos a CFT;
- *em relação ao espaço* – é interessante extrapolar os limites da instituição onde se desenvolve a CFT, buscando ampliar os contatos com a cultural regional típica e valorizar a relação homem-natureza;
- *em relação aos recursos humanos* – é importante criar vínculos maiores com os profissionais, formando equipes fixas (no caso do serviço ser terceirizado) ou registrando os animadores. Além disso, deve-se estimular e incentivar a formação e capacitação continuada, como forma de aprimoramento profissional, principalmente através da promoção de espaços oficiais de construção coletiva (grupos de estudo, reuniões periódicas de planejamento e avaliação). Acima de tudo, sugere-se a formação de equipes multidisciplinares e a discussão e reavaliação da remuneração atualmente paga a estes profissionais.

Todos estes elementos dependem, contudo, de um espaço concedido/ desejado pela instituição promotora, no caso o Clube, sem o qual todo o processo da CFT não seria possível.

Neste sentido, é relevante destacar que a construção da metodologia de ação da CFT, foi possível pelo fato de ter encontrado ressonância nos objetivos do Clube, que sempre prezou pela inovação e principalmente pela melhora da qualidade de vida de seus associados, o que não poderia, portanto, deixar de considerar o lazer.

No papel de democratizador e promotor do acesso aos bens culturais, bem como pela valorização das experiências coletivas – em se tratando de um espaço coletivo – o Alphaville Campinas Clube tem conquistado seus diferenciais em relação à outros clubes da cidade. Entretanto, ainda é marcante a existência de um vício gerencial – típico das administrações públicas – em que “... persiste a chamada visão ‘paroquial expansionista’ onde a ampliação de recursos físicos é mais importante do que a manutenção dos existentes” (BRAMANTE, 1998, p. 67).

Esta manutenção, não deve ser entendida apenas como a preservação dos espaços físicos, mas como uma ação mais abrangente, que considere a demanda pelos espaços e a política de animação destes, inseridas num plano maior de continuidade que disponha de recursos humanos capacitados para seu desenvolvimento.

Desta forma, justifica-se a necessidade do gestor de lazer – como gerenciador deste contexto – que, no caso do Clube, deve dialogar com o gestor de esportes e os demais departamentos, para fazer movimentar a estrutura clubística no sentido de efetivar sua função principal de agente socializador do lazer e do esporte no Brasil.

Ao compreender que “... o lazer não é um oásis a que todos têm acesso. Pelo contrário, aonde existem barreiras interclasses e intraclasses sociais formando um todo inibidor que dificulta o acesso ao lazer, não quantitativa, mas sobretudo qualitativamente” (MARCELLINO, 2001, p.09), é imprescindível a preocupação de vincular as propostas de lazer (e também as de esporte) oferecidas à uma política setorial, capaz de nortear e articular as ações entre si, e com o contexto em que está inserida, considerando todas suas múltiplas facetas.

Considerar a política de lazer dentro de uma instituição, ou como parte de uma administração, é colaborar para impedir que, ao deixar apenas o íntimo das pessoas falarem (seus anseios e expectativas) sejam calados os interesses dos grupos afetados pelas barreiras de acesso ao lazer. Isso valorizaria a difusão de uma produção cultural que privilegia o dominante e desconsidera todo um rico universo cultural do popular, do tradicional, dos que

estão à margem deste dominante, impondo assim, o consumo de objetos culturais produzidos por uma indústria cultural que não lhes é própria.

Cabe, portanto, ao gestor de lazer gerenciar todos estes elementos visando mediar e democratizar o acesso aos bens culturais, considerando “... os conteúdos vivenciados no lazer enquanto práticas construídas historicamente, não restritas a determinadas faixas etárias, mas significadas e particularizadas de acordo com os sujeitos” (SOUZA, 2003, p.171).

As propostas e atividades configuram-se, então, como etapas de um micro planejamento no lazer que, dialogam com a política de lazer (macroplanejamento) e entre si, privilegiando a abertura de tempo-espaço-atividades que contribuam para a difusão dos valores do lazer, buscando a autonomia – através do processo de educação para o lazer – e o desenvolvimento humano, – com a educação pelo lazer – sem deixar de lado as possibilidades de descanso e divertimento, também presentes no lazer.

Ao deflagrar um processo de educação para o lazer, o gestor deve estar atento as manifestações espontâneas que pululam no tempo-espaço da comunidade, valorizando e incentivando a difusão e consolidação destas como produtos culturais, processados/construídos pela própria comunidade e, portanto, parte integrante de sua identidade.

Por sua vez, a deflagração e vivência do processo de educação pelo lazer, deve permitir o aprendizado e ampliação dos repertórios individuais, fundamentais para modificar os níveis de participação (de conformista para crítico e criativo). Deve também, contribuir para que as escolhas no tempo disponível sejam cada vez mais críticas e criativas, e assim, menos oprimidas pelos produtos impostos pela indústria cultural dominante.

A indústria cultural se apresenta na sociedade moderna, segundo PERROTTI (1982), como veiculação dos conteúdos ideológicos de grupos dominantes para os demais grupos, pautados por modos de produção tipicamente capitalistas.

Neste sentido, vários grupos são excluídos desta produção cultural – entre eles a criança – se tornando meros destinatários dos objetos culturais PARA eles produzidos.

Afirma PERROTTI, que “os objetos culturais, enquanto síntese de um momento determinado, esgotam-se na e pela transmissão-assimilação” (1982, p.15). Assim, cabe às propostas comprometidas com a transformação, a ruptura com tais valores, evitando que a criança (e também demais grupos excluídos) seja desabrigada de seu lugar de agente na cultura, para submeter-se a uma produção cultural feita pelos adultos PARA ela.

Sem negar esta indústria cultural incentivadora do consumo, propõe-se a recuperação da *produção cultural* como memória e resgate da identidade dos que estão à margem do dominante, – inclui-se aí a criança – através da vivência do lúdico como possibilidade de construir uma cultura lúdica (BROUGÈRE, 2002) que é própria de cada indivíduo – em especial da criança.

Desta forma, o simbólico – vivido no jogo, na brincadeira e também no lazer – “torna-se alargamento do real e vice-versa” (PERROTTI, 1982, p. 26), e não mera substituição da falsa ausência do processo/ produto cultural DA criança, pelos objetos culturais oferecidos PARA criança.

Viabilizar a consolidação de todos os ideais até aqui propostos, numa prática profissional transformadora, exige por parte dos profissionais envolvidos: o claro reconhecimento das áreas de intervenção (gerenciamento, lazer, infância e educação); a articulação entre o embasamento teórico e a prática; a opção política por uma concepção que preconize a mudança; e principalmente a compreensão das “instituições sociais – clube, escola, academia, universidade – como espaços de atuação que tem valores pré-estabelecidos, porém nos quais atuam cidadãos que precisam realizar valorações independente de faixa etária ou classe social” (SOUZA, 2000, p. 737).

A formação de quadros de equipes multidisciplinares, em se tratando do gerenciamento do lazer, pode contribuir muito com a exploração diversificada dos conteúdos. Não basta para

isso, entretanto, o mero engajamento de idéias, sendo fundamental a formação de grupos organizados.

É desejável, segundo MARCELLINO, que os animadores tenham como característica básica uma dupla qualificação: “a competência pelo menos num setor cultural e a consciência social que os impele a querer difundir este bem cultural” (1995a, p. 73).

Ao mesmo tempo, a ação deste profissional deve ser pautada por uma *pedagogia da animação* (MARCELLINO, 1990) que possua uma visão de homem concreto, situado historicamente e produtor/ produto da cultura; priorize a educação de novos valores e de uma nova organização social; dialogue conteúdo-forma, processo-produto, criança-adulto. Assim valorizando o presente em busca de um novo futuro, que sinaliza a “... possibilidade de um mundo diferente, a ser construído sobre a própria experiência de vida da criança” (1990, p.138) em que a construção do “novo” se torna um ato pedagógico.

Assim, todo e qualquer tempo-espaco-atividade se torna oportuno para inserção de uma ação pedagógica que estimule a capacidade de re-criação dos sujeitos, através da vivência do componente lúdico da cultura no lazer.

A CFT é, então, um destes tempo-espaco-atividades, momento de exercício de todos os valores discutidos, possibilidade em que teoria e prática dialogam evocando o humano e a espontaneidade. Apenas uma alternativa possível para o planejamento no lazer, que pretende gerar reflexões e inquietações aos profissionais comprometidos com sua ação.

Trata-se de um caminho percorrido, dentre infinitos outros existentes. Uma “estória” (tema) que foi se particularizando e ganhou significado em sua “colônia” (comunidade), na tentativa de viver nas “férias” (tempo disponível) oportunidades ímpares de descoberta, fantasia e prazer.

Levar estas possibilidades para o cotidiano é o grande desafio que se apresenta a todos os profissionais do lazer, na tentativa de articular família, trabalho e escola como esferas tão

passíveis de criatividade quanto o lazer, fazendo com que a CFT não finde à cada temporada, deixando um gostinho de quero mais, mas, acima de tudo, traga a esperança de colher no dia-a-dia seus ricos frutos, seja no trabalho, na escola ou na família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. **Relatório Final Alpherias**. Alphaville Campinas Clube, julho, 2002.
- ALVES, Rubem. **A alegria de ensinar**. Campinas, Papirus, 2000.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- BRAMANTE, Antônio C.. Qualidade no gerenciamento do lazer. In: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas, Editora UNICAMP, 1997.
- BRAMANTE, Antônio C.. A administração do lazer nos clubes social – recreativos: perpetuando os vícios do setor público. In: WERNECK, Cristiane L. G.; ISAYAMA, Hélder (Org.). **Licere**. Vol. 2. nº 1. Belo Horizonte, CELAR/ UFMG, 1998.
- BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, T. M.. **O Brincar e suas teorias**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2002.
- BRUHNS, Heloísa (Org.). **Introdução aos estudos do lazer**. Campinas, Editora UNICAMP, 1997.
- DA SILVA, Débora A.M.. **Reflexões sobre o surgimento do sentimento de infância – o lúdico e a pré-escola**. Trabalho Monográfico, Campinas, FEF/UNICAMP, 1999.
- DA SILVA, Débora A.M.. A brinquedoteca como parte de uma política de lazer em Alphaville Campinas Clube. In: PINTO, Leila M.S.M.; CASTRO, Norida T. (Org.) **Coletânea 12º ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer**. Balneário Camboriú, Roca, 2000.

DA SILVA, Débora A.M.. Férias temáticas: diálogos com o cotidiano e educação para o lazer no SESC – Campinas. In: WERNECK, Cristiane L. G.; ISAYAMA, Hélder (Org.). **Coletânea do IV Seminário “O lazer em debate”**. Belo Horizonte, UFMG/ DEF/ CELAR, 2003.

DE PELLEGRIN, Ana. **O significado político do espaço: implicações para o lazer em condomínios – um estudo de caso**. Trabalho Monográfico, Campinas, FEF/UNICAMP, 1995.

EINSTEIN, Albert. **Como vejo o mundo**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

FERREIRA, Aurélio B.H.. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1. ed.. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 1991.

LELLO, J. e LELLO, E.. **Dicionário prático ilustrado**. São Paulo, Lello e irmãos editores, 1966.

MARCELLINO, Nelson C.. **Pedagogia da animação**. Campinas, Papirus, 1990.

_____. **Lazer e humanização**. 2. ed., Campinas, Papirus, 1995a.

_____. **Lazer e educação**. 3. ed., Campinas, Papirus, 1995b.

_____. (Org.). **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas, Autores Associados, 1996.

_____. **Estudos do Lazer – uma introdução**. 2. ed., Campinas, Autores Associados, 2000.

_____. (Org.). **Lazer Esporte: políticas públicas**. Campinas, Autores Associados, 2001.

PERROTTI, Edmir. A criança e a produção cultural. In: ZILBERMAN, Regina. (Org.) **A produção cultural para a criança**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

REQUIXA, Renato. **Sugestão de diretrizes para uma política nacional de lazer**. São Paulo, SESC, 1980.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 17a.ed., S.Paulo, Cortez/Autores Associados, 1991.

SOUZA, C. Q.. Lazer e colônia de férias: mapeando o mercado de trabalho na cidade de Belo Horizonte. In: WERNECK, Cristiane L. G.; ISAYAMA, Hélder (Org.). **Coletânea do IV Seminário “O lazer em debate”**. Belo Horizonte, UFMG/ DEF/ CELAR, 2003.

SOUZA, Janísio X.. Profissionais em clubes: valores atribuídos ao lazer na infância. In: PINTO, Leila M.S.M.; CASTRO, Norida T. (Org.) **Coletânea 12º ENAREL – Encontro Nacional de Recreação e Lazer**. Balneário Camboriú, Roca, 2000.

STEINHILBER, Jorge. **Colônia de Férias – organização e administração**. Rio de Janeiro, Editora Sprint, 1995.

ANEXOS

ALPHÉRIAS & ALPHÉRIAS KIDS
QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO - PAIS

1. O que você espera de uma atividade de férias para seus filhos?

2. Como você avalia as atividades Alphérias e Kids?

3. O que, na sua opinião, deve ser reavaliado?

4. O que, na sua opinião, deve permanecer?

5. Pensando numa Proposta de Férias Ideal, na sua opinião, como ela deveria ser?

6. Você acha que as expectativas de seus filhos foram alcançadas, ou não?

7. Dê uma nota de 0 a 10 para a temporada que seu filho participou: _____

Muito Obrigada!!! Sua participação trará grandes contribuições para os próximos Alphérias!

ALPHÉRIAS & ALPHÉRIAS KIDS**QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO - CRIANÇAS**

1. Já participou do Alphérias antes? _____ Quantas vezes? _____

2. O que você achou do tema desenvolvido nesta semana?

3. Como você ficou sabendo do Alphérias? _____

4. Que nota você daria para este Alphérias de 0 a 10? _____ Porque?

5. O que, na sua opinião, deve ser modificado para o próximo Alphérias? Porque?

6. O que, na sua opinião, deve continuar no próximo Alphérias? Porque?

7. O que, na sua opinião, ficou faltando neste Alphérias?

8. Cite 3 coisas que você mais gostou e 3 coisas que você menos gostou.

9. Dê uma sugestão de tema para o próximo Alphérias:

Esperamos vocês no próximo Alphérias!!!

**ALPHAVILLE CAMPINAS CLUBE
DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER**

**PROJETO CFT
(TEMA DA TEMPORADA)**

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO (página 1)

Conceito da temporada:

Realização (dias e horários):

Coordenação:

Técnicos envolvidos:

Monitores de Apoio:

Instituição promotora:

2. APRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO (página 2)

Apresentação da proposta como parte da política de lazer, explicitar a concepção de lazer adotada e integrá-la ao conceito da temporada, breve descrição do planejamento

3. OBJETIVOS (página 3)

Objetivos Gerais:

Objetivos Específicos:

4. EXPECTATIVA DE PÚBLICO (página 3)

Delimitação de público: (jovens, adultos, crianças, famílias, grupos de amigos, comunidade em geral).

Previsão de público:

Mínima –

Máxima –

5. RECURSOS NECESSÁRIOS

(uma página para discriminar cada tipo de recurso)

Recursos Programáticos:

Recursos Humanos:

Recursos Físicos:

Recursos Materiais:

Recursos Financeiros:

6. AVALIAÇÃO (Página 9)

Apresentação e descrição dos instrumentos que serão utilizados para avaliação da CFT.

7. CRONOGRAMA (página 10)

Montagem de um cronograma detalhado dos encaminhamentos necessários para realização da CFT, especificando o prazo para sua execução e o responsável.

Encaminhamento	Prazo / Período	Responsável (eis)

8. PLANILHA DE PREVISÃO/ PROJEÇÃO ORÇAMENTÁRIA (página 11/12)

Cálculo Base para no MÍNIMO 20 crianças

RECURSOS NECESSÁRIOS	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
____ Animadores		
Materiais Diversos	Prever um custo/dia por criança	
Outros custos		
Refeições Diárias		
CUSTO TOTAL POR SEMANA <i>(dividir pelo número mínimo de participantes)</i>		
	Custo Criança (Preço Sugerido)	
PREÇO FINAL		

ALPHAVILLE CAMPINAS CLUBE
DEPARTAMENTO DE ESPORTES E LAZER

PROJETO CFT
(TEMA DA TEMPORADA)

“ROTINA” KIDS (3 A 6 ANOS)

HS	ROTINA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
13:00	Quebra Gelo				
13:30	Ativ. 1				
14:30	Oficina				
15:30	Lanche				
16:00	Ativ. 2				
17:00	Momento Educativo				
18:00	Despedida				

“ROTINA” ALPHÉRIAS (7 A 13 ANOS)

HS	ROTINA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	Horário Sexta
09:00	Quebra Gelo				Quebra gelo	14:00
10:00	Ativ. 1				Ativ. 1	15:00
11:00	Ativ. 2				LANCHE	16:00
12:00	ALMOÇO				Ativ. 2	16:30
					Horário Livre	18:00
13:00	Oficina				Banho	19:00
14:30	Horário Livre				Jantar Temático	20:30
15:30	LANCHE				Bailão	22:00
16:00	Ativ. 3				Ceia	23:00
17:30	Roda de Conversa				Caça ao Tesouro	23:30
18:00	Despedida				Toque de Recolher	00:30